UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA MATUTINO/NOTURNO

PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA Versão 2014/2

RIO BRANCO-ACRE 2014

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Minoru Martins Kimpara **Reitor**

Margarida de Aquino Cunha **Vice-Reitora**

Maria Socorro Neri Medeiros de Souza **Pró-Reitora de Graduação**

Josimar Batista Ferreira **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

> **Prof. Cleyton França dos Santos** Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Enock da Silva Pessoa **Pró-Reitor de Extensão e Cultura**

Alexandre Ricardo Hid **Pró-Reitor de Planejamento**

Tiago Rocha dos Santos **Pró-Reitor de Administração**

Filomena Maria Oliveira da Cruz **Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas**

EQUIPE RESPONSAVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGOGICO CURRICULAR

Prof. Dr. Carlos Alberto Alves de Souza Coordenador do Curso de História Matutino

Prof. Dr. Daniel da Silva Klein Vice-Coordenador

Prof. Dr. José Savio da Costa Maia Prof. Dr. Francisco Bento da Silva Prof. Dr. Carlos Alberto Alves de Souza Prof. Dr. Daniel da Silva Klein Prof. Me. José Dourado da Silva **Núcleo Docente Estruturante**

Prof. Dr. Carlos Alberto Alves de Souza Prof. Dr. Daniel da Silva Klein Prof. Me. Euzébio de Oliveira Monte Prof. Me. Valmir Freitas de Araújo Prof. Me. Cassio Santos Melo Comissão de Elaboração do projeto

SUMÁRIO

Apresentação	5
Perfil do curso	8
Justificativa	24
Dados de identificação do curso	26
Perfil do Egresso	27
Competências e habilidades	28
Estrutura curricular do curso	29
Atividades acadêmico cientifico culturais	73
Estágio curricular supervisionado	75
Estágio não obrigatório	77
Sistema de avaliação do processo ensino-	78
aprendizagem	
Autoavaliação do curso	81
Corpo Docente	82
Núcleo Docente Estruturante	84
Metodologia para a consecução da proposta	85
Infraestrutura necessária para o	85
funcionamento do curso	
Legislação básica	87
Referências	90
Apêndices	104

APRESENTAÇÃO

A área de História, vinculada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre é composta por dois cursos de graduação plena em História, sendo um na modalidade de licenciatura e o outro bacharelado, que foram criados/reformulados em contextos distintos, os quais apresentam clientelas de perfis diferenciados e capacitações específicas, respeitando a legislação em vigor.

No âmbito do presente Projeto Pedagógico Curricular, os Cursos de Licenciatura em História (diurno e noturno), com base nas novas tendências da historiografía contemporânea, nas diferentes concepções teóricas e experiências metodológicas dos docentes que integram os referidos cursos e os desafíos de pensar e produzir a escrita da história neste início de século XXI, acrescentando-se as peculiaridades da região amazônica e suas relações com outras sociedades e culturas nacionais e mundiais, optou-se por compreender a história a partir de um conceito amplo de cultura.

Neste sentido, as tradições intelectuais são concebidas enquanto processos que nos impele a pensar a cultura, no curso do tempo, como um corpus que envolve ideias, doutrinas, práticas, princípios, códigos sociais e paradigmas tematizados e problematizados em diferentes temporalidades, espacialidades, movimentos e modos de pensar e produzir.

Dessa forma, a história é vista como uma área das humanidades centrada no aspecto educativo, objetivando uma formação emancipadora e libertadora. Desse modo, o pensar e agir compreende a questão das identidades inseridas na historicidade. E, sendo categorias de referências, as identidades e as práticas são construções relacionais, fundamentadas, a partir da diferença, pois depende do outro para que possam existir.

Assim sendo, o currículo da licenciatura em história não se limita a listagem de temas numa ordem cronológica, tendo em vista que o conhecimento histórico deve contemplar os desafíos contemporâneos, o que implica em destacar nos conteúdos das disciplinas, as conexões com questões atinentes a interdisciplinaridade, aos códigos de comunicação, as necessidades especiais, as desigualdades sociais e a diversidade cultural.

Com base exposto acima, assinalamos que é missão dos cursos de licenciatura em História da UFAC formar um profissional que atue como professor nos níveis fundamental e médio, buscando criar, preservar e transformar a cultura, no entendimento de que a produção e a transmissão do conhecimento histórico vêm sempre impregnadas de lutas políticas e culturais, de modo que o ensino de história carrega em si suas limitações, possibilidades, desejos e necessidades historicamente construídas.

A história, entendida como uma permanente construção é a efetiva reinvenção do passado. E, o projeto que na oportunidade apresentamos foi concebido a partir de diversas perspectivas e olhares, em diferentes momentos e espaços divergentes, refletindo uma história sempre em construção, uma história que se pretende de todos, numa compreensão dialética.

Não pretendemos o concluído, o acabado, o único, ou mesmo o absoluto, mas o que se efetiva, constrói-se, realiza-se cotidianamente. Almejamos uma história que valorize os divergentes, os contraditados e os dilacerados.

Por sua vez, entendemos que o currículo é um processo sempre em construção, um artefato social e cultural, e, portanto, não se trata de um componente inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento. Currículo envolve relações de poder e transmite visões sociais particulares e interessadas, produzindo identidades individuais e sociais particularizadas.

Convém ressaltarmos ainda que o currículo não deve ser concebido como algo pronto e acabado, e sim como um conjunto de práticas de significação, de produção, numa relação social e de poder, que produz identidades sociais num mundo em transformação.

Destacamos também que no decorrer da construção deste projeto – em duas etapas; na primeira a *Comissão Docente dos Cursos de Licenciatura em História* elaborou uma versão preliminar do projeto e na segunda os Membros do *Núcleo Docente Estruturante* dos Cursos de Licenciatura em História discutiram e revisaram a proposta apresentada pela Comissão acima referida, porém em ambas as fases foram realizadas reuniões de trabalho, nas quais foram discutidas as mudanças ocorridas na legislação de ensino e a necessidade de fortalecer a formação do professor, ante os desafios com que este se defronta na sala de aula.

Por outro lado, a sociedade, como um todo, está a exigir das instituições científicas e culturais novos paradigmas que melhor orientem as interpretações dos eventos que acontecem cotidianamente em quantidade e velocidade imprevisíveis.

Desta forma, repensar o currículo da licenciatura em história nos levou a rever o ementário e as cargas horárias das disciplinas, a estabelecer alternativas para o ingresso no curso de licenciatura em história. Importante ainda mencionarmos que as origens do curso de história na instituição apresentam as marcas dos movimentos sociais e/ou populares que ocorreram no estado do Acre, estando sempre presente através dos docentes, alunos e egressos nos momentos mais complexos e decisivos da dinâmica histórica acriana.

O curso de história da UFAC remonta ao início dos anos setenta, ainda em sua formatação de Estudos Sociais. A licenciatura plena em História só se efetiva a partir de 1979 e o bacharelado somente a partir de 1993, unificado com a licenciatura, sendo desmembrado desta, em 2006 devido às orientações do MEC, e a licenciatura noturna foi criada em 1996 para atender as reivindicações da comunidade, especialmente dos jovens inseridos no mercado de trabalho.

1 PERFIL DO CURSO

1.1 Contextualização da IFES

A Universidade Federal do Acre - UFAC - é uma Instituição Pública e gratuita de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, e mantida pela Fundação Universidade Federal do Acre. Possui um Campus na cidade de Rio Branco, capital do Estado, e está localizada à Rodovia BR-364, Km 04, nº 6637 – Distrito Industrial e o Campus Floresta na cidade de Cruzeiro do Sul.

Em 25 de março de 1964, por meio do Decreto Estadual nº. 187, foi criado como primeiro curso a Faculdade de Direito, em segundo a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e posteriormente, em 1970, a criação dos cursos de licenciatura em Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais. Oficializouse, assim, em 03.03.1970, o Centro Universitário do Acre. Transformou-se em Universidade Federal do Acre em 22 de janeiro de 1971, sob o regime de fundação. É federalizada por meio da Lei 6.025, de 05 de abril de 1974 e Decreto nº. 74.706, de outubro de 1974, passando então a denominar-se Universidade Federal do Acre.

Conta, atualmente, com dois Campi Universitários, sendo um Campus em Rio Branco e outro no Município de Cruzeiro do Sul, além do Colégio de Aplicação, sendo este último na modalidade de ensino fundamental e médio. Está presente, também, nos 22 municípios do Estado, através de seus núcleos.

Com a Criação dos Centros Acadêmicos, aprovados pela Resolução do Conselho Universitário nº 08, de 28 de maio de 2003, a Universidade Federal do Acre instituiu seis Centros Universitários no Campus de Rio Branco: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Biológicas e da Natureza, Centro de Ciências da Saúde e do Desporto, Centro de Educação, Letras e Artes. Através da Resolução nº. 12, de 11 de outubro de 2007, foi criado o Centro Multidisciplinar de Cruzeiro do Sul - CMULTI, abrigando os dez cursos, hoje existentes naquele município.

Dentre os objetivos desta IFES, destaca-se a formação de profissionais qualificados, tecnicamente, e capazes de responder, positivamente, aos anseios da sociedade onde estão inseridos. Nesse contexto, a UFAC desenvolveu suas atividades constituindo-se em um referencial da educação, da ciência, da cultura e da tecnologia, através da capacitação profissional, da expansão do saber. Para tanto, vem realizando pesquisas em várias áreas do conhecimento, promovendo uma extensão das atividades institucionais, em parceria com os vários segmentos do governo, entidades e organizações da sociedade civil, de forma a participar do processo de desenvolvimento regional.

A UFAC possui, hoje, em pleno desenvolvimento, cursos, programas e projetos nas diversas áreas do conhecimento humano, mantendo, atualmente, 45 cursos de graduação presenciais, sendo 33 deles oferecidos no Campus de Rio Branco, ofertando 1.620 vagas. Os outros 12 cursos são oferecidos no Campus de Cruzeiro do Sul, sendo dois com entrada de cinco em cinco anos, disponibilizando 430 vagas nos cursos de entrada regular, de acordo com o Edital Vestibular 2011, perfazendo um total de 2.050 alunos ingressantes. A Universidade conta, ainda, com 05 cursos de Mestrado que ofertaram 93 vagas para o ingresso no ano de 2010.

A UFAC vem, desde 2005, se debruçando em estudos, planejamento e avaliação para atuar na modalidade de ensino a distância. Implantou-se o NIEAD – Núcleo de Interiorização e Educação a Distância que na atual gestão possui uma Diretoria e suas Coordenações que intensificam o planejamento das ações da EaD, rumo ao Credenciamento Institucional para atuar de forma efetiva nesta modalidade de ensino, que vem ganhando terreno em diferentes dimensões educacionais, já atuando em prédio próprio e adequado para o desenvolvimento das Ações em EaD. Hoje, a UFAC vem atuando, em parceria com outras instituições, em programas como: Curso On-line de Formação em Tutoria juntamente com a Universidade Federal do Pará, Programa Escola de Gestores, com os Cursos de Pós graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica entre outras ações.

Em 05 de julho de 2010, por meio da Resolução n° 36, do Conselho Universitário, a UFAC aderiu ao Novo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como processo de seleção para ingresso nos cursos de licenciatura em Filosofia e Música e para as vagas remanescentes do Edital Vestibular 2011 do Campus de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. No curso de Filosofia e para as vagas remanescentes a adesão foi total, no curso de Música a adesão foi parcial (50% das vagas). Recentemente, por meio de Resolução do CONSU nº. 16, de 26 de maio de 2011 a UFAC aderiu, integralmente, ao ENEM.

A UFAC tem buscado, mediante diversas ações, promover a expansão da educação superior pública no Acre. Duas dessas ações estão integradas ao Plano de Expansão I e ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Em Cruzeiro do Sul, o campus Floresta foi financiado pelo Plano de Expansão I e o fortalecimento e expansão do campus sede em Rio Branco foi beneficiado pela adesão, em 2007, ao Programa REUNI que possui como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Para isso, foram adotadas medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. O REUNI foi instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

As ações do Programa REUNI contemplaram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. No entanto, a consolidação das IFES está ainda na pauta de discussões, pois a época da implementação do REUNI existia um déficit de recursos humanos muito grande que esse plano não previa. Vale ressaltar que algumas ações estão sendo implementadas ainda hoje para corrigir esta distorção.

Considerando a atual conjuntura do desenvolvimento das políticas de expansão do ensino superior desencadeadas pelo MEC, em que a ênfase se dá na ampliação das vagas nas instituições já existentes, especialmente por meio da diversificação das modalidades de ensino, em que passam a coexistir nas instituições de ensino superior as modalidades de ensino presencial, semipresencial e a distância, em que o critério para as próximas distribuições de vagas dará prioridade àquelas instituições de ensino superior que ofertarem cursos na modalidade de educação a distância.

Levando em conta, ainda, as características geográficas do Estado do Acre, bem como as características sociais e econômicas dos municípios do interior do estado, a institucionalização e implantação da educação a distância na UFAC, permitirá não somente aumentar seus índices de expansão quantitativa, mas, sobretudo, seus indicadores de contribuição social, educacional e cultural para o Estado e, a partir do entendimento da missão da UFAC², é premente que esta IFES institua a modalidade de ensino a distância com o objetivo de desenvolver programas e projetos de formação, de pesquisa e de extensão nessa modalidade educativa, de forma a ampliar e expandir sua atuação no Estado, com o propósito explícito de contribuir com o desenvolvimento cultural-educacional da população e social e econômico da região.

1.2 Missão

Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, articular e socializar saberes, bem como qualificar pessoas para o exercício profissional, mediante ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de contribuir para a melhoria de vida, para a formação de uma consciência crítica e de cidadania, visando uma sociedade igualitária e democrática.

² "produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, articular saberes e formar pessoas, mediante ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de contribuir para a melhoria de vida, formação de uma consciência crítica e de cidadania, visando uma sociedade iqualitária e democrática" (UFAC, 2006, p. 16)

¹ A modalidade semipresencial caracteriza-se "como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota" (§ 1°, art. 1°, Portaria-MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004).

1.3 Visão

Ser uma universidade de excelência com ênfase em assuntos e temas amazônicos.

1.4 Valores

A UFAC deve afirmar-se como uma IES de excelência em assuntos amazônicos, no cenário regional, nacional e internacional, contribuindo para uma sociedade democrática, inclusiva, na defesa da qualidade de vida, com base nos seguintes valores:

Autonomia

Uma Instituição que atende aos fins mais gerais aos quais as se destina, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e de personalidade jurídica própria.

Qualidade

Uma Instituição com busca permanente de patamares de excelência acadêmica, em todas as suas áreas de atuação: ensino, pesquisa, extensão, bem como a promoção e valorização da cultura.

Inovação

Uma Instituição capaz de identificar seus contextos regionais e optar por novos caminhos, objetivando criar promissoras oportunidades capazes de elevar, transformar, modificar a vida amazônica.

Atuante

Uma Instituição de referência nas suas proposições, capaz de influenciar e propor soluções para grandes temas associados ao desenvolvimento e conhecimento científico-tecnológico.

Internacionalização

Uma Instituição capaz de interagir com instituições nacionais e internacionais, buscando melhorias para o seu desenvolvimento e, também, das instituições parceiras.

Independência

Uma Instituição que contribua para desenvolver nos seus três segmentos as vocações de liberdade, cidadania, democracia, tanto no ensino, na pesquisa e na extensão.

Eficiência

Uma Instituição com estratégias eficientes e efetivas de gestão e de busca dos recursos para a realização de suas metas.

Saudável

Uma Instituição capaz de promover um ambiente agradável, harmônico, visando uma convivência saudável entre as pessoas, contribuindo para uma maior qualidade de vida.

Responsável

Uma Instituição guardiã dos princípios éticos, morais, sociais e ambientais.

1.5 Objetivos e Metas da Instituição

O Estatuto da Universidade Federal do Acre explicita que os objetivos da instituição são cultivar o saber, em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, de forma a:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em consonância com os desafios da sociedade brasileira;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, da publicação de resultados de pesquisas e de outras formas de comunicação;

- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização e integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular o regional e o nacional e, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- g) Promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

As metas institucionais são planejadas, quadrienalmente, e estabelecidas anualmente, de maneira participativa, e o cumprimento é avaliado com a mesma periodicidade. A UFAC é uma instituição pública de ensino superior, historicamente comprometida com o desenvolvimento do Estado do Acre, Região Norte do país. Para consolidar essa missão, ela procura disseminar suas formas de atuação, em áreas geograficamente diversificadas, investindo, permanentemente, nas dimensões quantitativa e qualitativa de seus projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais.

Assim, partindo da compreensão de que a educação superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFAC constrói formas efetivas de cooperação institucional nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais é a integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, buscando privilegiar os projetos e programas de impacto acadêmico e social, com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão da comunidade universitária de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade, constitui instrumento indispensável.

1.5.1 Descrição dos Objetivos e Quantificação das Metas

- ✓ Promover ações acadêmico-científicas articuladas, que contenham relevância social, artística ou tecnológica para o desenvolvimento sustentado da região;
- ✓ Buscar a qualidade das ações acadêmico-científicas e assegurar um processo contínuo de avaliação institucional;
- ✓ Possibilitar o suporte ao desenvolvimento das atividades acadêmico-científicas;
- ✓ Promover a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas ações acadêmico-científicas;
- ✓ Contribuir na preservação dos princípios morais da dignidade, da honestidade, do decoro, do zelo, da eficácia e da consciência como elementos balizadores da conduta dos servidores da instituição;

- ✓ Defender a liberdade acadêmica, a livre expressão e a pluralidade de idéias e ações intelectuais, artísticas e científicas de todas as categorias integrantes da instituição;
- ✓ Defender a coerência e a harmonia entre as ações acadêmico-científicas e normas aprovadas entre as diferentes instâncias deliberativas;
- ✓ Defender o livre acesso ao conhecimento produzido;
- ✓ Defender gestão participativa e transparente, por meio dos órgãos colegiados, assegurando a cooperação dos membros da comunidade;
- ✓ Buscar agilidade e flexibilidade nas respostas às novas situações e desafios da sociedade, mantendo, com esta, um permanente diálogo;
- ✓ Fortalecer um modelo de planejamento e gestão institucional participativo, transparente, eficiente e eficaz;
- ✓ Desenvolver ações integradas de informação e comunicação (editora, biblioteca, assessoria de comunicação, sistema de ensino) por meio das tecnologias informacionais;
- ✓ Produzir uma concepção de assistência e atendimento social, em prol da satisfação das necessidades da comunidade universitária;
- ✓ Exercitar ações de valorização do servidor público, a partir dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- ✓ Buscar a inclusão da tecnologia da informação e comunicação, em todos os níveis do pessoal da instituição;
- ✓ Incentivar ações acadêmico-científicas socialmente referenciadas com os problemas da sociedade;
- ✓ Buscar o intercâmbio e a cooperação acadêmico-científica nacional e internacional;
- ✓ Valorizar a dedicação às atividades acadêmico-científicas da universidade, como um dos aspectos essenciais para a garantia da qualidade.
- ✓ Oferecer cursos de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* para a comunidade;
- ✓ Proporcionar junto às IES promotoras, o oferecimento de programas Minter e Dinter, em áreas prioritárias, para servidores da UFAC, a qual será a IFES receptora.
- ✓ Estimular e promover a expansão do ensino superior através da modalidade de ensino a distância para os municípios do Acre.

1.6 Área(s) de atuação Acadêmica

Atualmente, a UFAC mantém 43 cursos permanentes de graduação, sendo 22 bacharelados e 21 licenciaturas, em diversas áreas do conhecimento, distribuídos na sede em Rio Branco e no *Campus*

Floresta/Cruzeiro do Sul. Mantém ainda 02 cursos de bacharelado (Direito e Comunicação Social/Jornalismo) e o curso de Formação Docente para Indígenas em turmas com entrada periódica no Campus Floresta.

Embora desde 1989 funcionasse, em Cruzeiro do Sul, o núcleo de ações de interiorização, ofertando à época dois cursos permanentes, na perspectiva de expansão dos cursos de graduação, o Campus Floresta foi implantado no ano de 2006. Esta iniciativa teve como objetivo descentralizar as atividades acadêmicas, sediadas na capital. Atualmente, o Campus Floresta oferece 12 cursos de licenciatura e bacharelado sendo três cursos: Direito, Comunicação Social/Jornalismo e o Curso de Formação Docente para Indígenas com entradas periódicas e não anual. Os cursos estão vinculados ao Centro Multidisciplinar - CMULTI, mas, futuramente, serão subdivididos em: CMULTI e Centro de Educação e Letras - CEL. Este último já criado, mas ainda não implantado.

Além dos cursos permanentes, a UFAC oferta, também, cursos de licenciatura em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografía, Educação Física e Pedagogia, através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica, por meio de Convênio firmado com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação investindo na formação de professores de zona urbana em municípios de difícil acesso e professores da zona rural. Em cursos de bacharelado, oferece por meio das ações de interiorização o curso de Economia em 15 dos 22 municípios do estado.

No segundo semestre de 2010 foram matriculados 6.954 alunos nos cursos de graduação de licenciatura e bacharelado. Foi encerrado o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica, em municípios de difícil acesso, sendo diplomados 594 novos licenciados. Ainda, no primeiro semestre de 2011, será encerrado o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação básica – Zona Rural, que conferirá o grau de licenciados a 2.400 professores, das redes estadual e municipal, com atuação em escolas da zona rural. Ressalte-se que todos os cursos, gradativamente, estão passando por um processo de avaliação, mediante a construção de uma política sistemática de avaliação, a partir das diretrizes de avaliação institucional, por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em estreita articulação com os colegiados de cursos específicos, e das demais atividades e/ou entidades de avaliação institucionais.

1.7 Inserção Regional

O fenômeno da globalização, sinônimo de desafios e também de oportunidades para uma multiplicidade de setores, grupos sociais e espaços geográficos, impôs a aquisição de conhecimento e a capacidade de inovação como condições básicas para o desenvolvimento socioeconômico do mundo. Isso significa dizer que as interações entre o tecido produtivo e institucional adquiriram importância redobrada

nas últimas décadas. Mais especificamente, esse quadro indica que a Universidade, pelo fato de integrar, com grande destaque, o sistema de produção de conhecimento, revela-se modelo de instituição especialmente talhado para cumprir um papel decisivo no atual cenário mundial.

Assim, no alvorecer do século XXI, a Universidade Federal do Acre possui como horizonte mais imediato de seu funcionamento um território estadual caracterizado pela clara associação entre setores de atividades de suas micro-regiões. Uma espécie de divisão espacial setorial do trabalho marca, de fato, o Estado do Acre, embora as décadas mais recentes tenham registrado alguma difusão inter-regional de certas atividades econômicas, com forte expansão da pecuária e de pequenas indústrias que aqui estão em fase de iniciação, com a abertura do corredor para o Oceano Pacífico.

O Acre é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situa-se numa área de 153.149,9 km², de rica diversidade regional ocupando 3,9% da Amazônia, o que representa 1,8% do território brasileiro, sendo pouco menor que a Tunísia. Está situado no sudoeste da região Norte e tem como limites os estados do Amazonas a norte, Rondônia a leste, a Bolívia a sudeste e o Peru ao sul e oeste.

Sua capital é a cidade de Rio Branco. Outros municipios que se destacam por aspectos populacionais, econômicos e culturais são: Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Brasiléia, Xapuri e Tarauacá. Ao longo de sua história econômica, o Estado foi dividido regionalmente a partir de importantes rios: O Juruá, o Tarauacá, o Envira, o Purus e o Acre. Entretanto, segundo SILVA (2005), a partir da década de 1980 esta regionalização já não retratava a realidade acreana, embora o elemento homogeinizador permanecesse. Busca-se então outra concepção para a nova regionalização. Sob a coordenação do IBGE e alicerçada numa concepção econômica e historicista, definiu-se então em nível estadual duas mesorregiões geográficas: do Vale do Juruá e a do Vale do Acre; e cinco microrregiões geográficas.

A mesorregião do Vale do Juruá é formada pelas microrregiões de "Cruzeiro do Sul" e "Tarauacá" e a do Vale do Acre pelas microrregiões de "Brasiléia", "Rio Branco" e "Sena Madureira" A microrregião de "Brasiléia" que abrange os municípios de Assis Brasil, Epitaciolândia e Xapuri, caracterizase como a segunda área com maior expressividade da vida urbana na Amazônia-acreana. Todos os municípios são drenados pelo Rio Acre em trechos de seu médio e alto curso e, com exceção de Xapuri, os demais são áreas de limites internacionais com as repúblicas da Bolívia e do Peru. Isto por si só justificaria a importância da implantação do campus da UFAC nessa microrregião.

A microrregião "Rio Branco" abrange os municípios de Capixaba, Plácido de Castro, Acrelândia, Senador Guiomard, Porto Acre e Bujari. É a microrregião mais populosa e economicamente a mais importante, e é também, localização da sede do poder político estadual em "Rio Branco" – a capital do

Estado. Abrange áreas do Vale do Acre, sendo drenadas por rios da Bacia Hidrográfica do Purus (rio Acre e seus afluentes) e da Bacia Hidrográfica do Madeira (rio Abunã e seus afluentes).

A microrregião de "Sena Madureira" Situa-se em áreas centrais do território acreano, sendo que suas terras se estendem de norte a sul do Estado, correspondendo aos municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus. São drenados pelos rios Purus e seu afluente Iaco, que constituem nas principais vias de transportes por extensas áreas da microrregião.

A microrregião de "Tarauacá" localiza-se em áreas centrais do Estado, em recorte territorial que se estende de norte a sul, corresponde aos municípios de Tarauacá, Jordão e Feijó em áreas drenadas pelos rios Tarauacá e Envira respectivamente (afluentes do Juruá). Na parte norte dos territórios dos municípios de Feijó e Tarauacá, a BR-364 faz a ligação por terra entre as duas cidades e de forma limitada, dessas com Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

A microrregião de "Cruzeiro do Sul" corresponde à parte mais ocidental do Acre em que se localizam os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Trata-se de uma área fronteiriça com a República do Peru, na costa oeste, sendo que suas terras se estendem de norte a sul do Estado. São áreas drenadas pelo Rio Juruá e seus afluentes, destacando como principal o Rio Moa. È nesta região onde se situa a Serra do Moa, local de maior diversidade do planeta segundo pesquisadores Na cidade de Cruzeiro do Sul está o último povoamento do Brasil a ver o sol nascer, na Serra do Moa, na fronteira com o Peru. A intensa atividade extrativista, que atingiu o auge no século XX, atrai brasileiros de várias regiões para o Estado. Da mistura de tradições sulistas, sudoestes, nordestinas e indígenas surgiu uma culinária diversificada, que junta a carne-de-sol com o pirarucu, peixe típico da região, pratos regados com tucupi, molho feito de mandioca.

O transporte fluvial, concentrado nos rios Juruá e Moa, a oeste do Estado, e Tarauacá e Envira, a noroeste, é o principal meio de circulação, sobretudo entre novembro e junho, quando as chuvas deixam intransitável a BR-364, em alguns trechos ainda não asfaltados, que ligam o Vale do Acre ao Vale do Juruá.

Todo o contexto geográfico, social e econômico é objeto de forte interesse no âmbito da instituição UFAC. O estímulo a uma produção de conhecimentos disponíveis a serem utilizados, em tentativas de equacionamento de problemas amargados em diferentes setores de atividade, e por distintos grupos sociais territorializados, certamente denota um alto grau de inserção regional e significa um elevado senso de responsabilidade social. Assinale-se que a UFAC está presente na formação de profissionais que ocupam o poder legislativo, executivo, judiciário, bem como demais instituições e autarquias, fato que resulta na sua integração com os setores da economia regional.

Todos os atores da UFAC têm ciência e consciência dos desafios crescentes em quantidade e complexidade da sociedade contemporânea. São demandas legítimas de muitas representações sociais, da interculturalidade, de novos critérios para ingresso e frequência, fundamentados no mérito e na justiça social, da implantação e enculturação das novas tecnologias, em todas as frentes de atuação, bem como dos distintos perfis exigidos para novos cursos de graduação. Demandas estruturais da inquietação saudável dos pesquisadores, estudantes e servidores, para alcançar mais êxito na busca e conquista do conhecimento elaborado, para consolidar nossos valores. Para melhor servir à população, a UFAC vem melhorando a qualidade do ensino, em todos os níveis, buscando veicular a pesquisa básica e aplicada e intensificar diversas frentes de extensão universitária, no sentido de melhor atender as demandas da sociedade acreana.

A Universidade resgata uma dívida social histórica com o interior do estado, com a oferta de vagas a estudantes, na modalidade presencial e à distância, em todos os municípios, e não medirá esforços para erguer *campi* onde houver demandas em toda a extensão do Estado. Assim, os princípios de gratuidade e qualidade se fortalecem com o atual atendimento mais equânime, mais distribuído no território acreano e, portanto, mais justo socialmente. Principalmente em pontos estratégicos, a exemplo da proposta do novo Campus do Alto Acre, nas fronteiras com a Bolívia e o Peru.

De igual modo, a mesma determinação volta-se ao favorecimento da inclusão social junto a contingentes que sofrem o estreitamento das suas possibilidades de reprodução, por conta das mudanças recentes e dos processos em curso e mesmo futuros – entre outras coisas devido à crise mundial contemporânea – haverá de pautar as ações da UFAC nos anos vindouros. O desafio não é pequeno, pois a exigência envolve nada menos que conjugar as tarefas de educação, típicas de quaisquer instituições de ensino superior, com práticas de pesquisa e extensão, enfeixadas num consequente aprofundamento da inserção regional dessa instituição.

1.8 Histórico do Curso

O Curso de História da Universidade Federal do Acre (UFAC) no decorrer de sua trajetória passou por várias alterações, resultantes das mudanças conjunturais de ordem política e social ocorridas na sociedade brasileira, notabilizando-se, especialmente por sua postura de resistência a ditadura militar instaurada em 1964, tendo em vista que, a partir deste fato se institucionalizou o cerceamento das liberdades de pensamento e de expressão dos historiadores brasileiros.

O curso de História da UFAC, nas suas origens, liga-se ao curso de Estudos Sociais, criado pela lei nº 421, de 22 de janeiro de 1971, obtendo autorização de funcionamento através do Parecer nº 01, de

22 de fevereiro de 1971, do Conselho Estadual de Educação do Acre e destinava-se à formação de professores para o ensino de 1º grau, conforme artigo 30, letra B, da lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Portanto, o curso de Estudos Sociais, mesmo tendo sido criado no período áureo da ditadura militar, foi embrião dos demais desdobramentos acadêmicos do curso de História no âmbito da instituição decorrentes de discussões políticas, teóricas e metodológicas no campo do conhecimento histórico e do seu comprometimento com as lutas sociais, em defesa da liberdade, pluralidade e democracia.

Em 3 de março de 1970, com a instituição do Centro Universitário do Acre, através do Decreto Estadual nº 318, foram criados dois departamentos: um do Curso Básico e o outro de Estudos Sociais. O Departamento de Estudos Sociais destinava-se à formação de professores para o Ensino de 1º grau, conforme citado. O curso de Estudos Sociais foi reconhecido pelo Parecer nº 1.885, de 15 de junho de 1975, do Conselho Federal de Educação (CFE), e pelo Decreto Presidencial nº 76.133, de 14 de agosto de 1975. De sua criação até 1975, o curso de Estudos Sociais foi ministrado em formato de licenciatura de curta duração, de acordo com a Portaria Ministerial nº 117/1966, homologada pelo Parecer nº 106/1966 do Conselho Federal de Educação, e teve a seguinte estrutura curricular:

- a) Organização com abrangência do 1º ciclo geral e ciclo profissional, contendo o primeiro, 40 créditos e o segundo, um mínimo de 95, incluindo a formação pedagógica e funcionou em seis semestres letivos, abrangendo um total de 2.025 horas.
- b) Em 1974, o curso de Estudos Sociais sofreu uma nova reestruturação e passou a ter uma duração bem menor 1.500 horas -, o que corresponde a 100 créditos. Essa redução abrangeu apenas o ciclo profissional e a formação pedagógica, passando este curso a funcionar com apenas quatro semestres.

Por recomendação do Conselho Federal de Educação, para que não houvesse concentração de disciplinas num semestre letivo, ocorreu uma nova reestruturação do mencionado curso, ficando este com 1.530 horas, ou 120 créditos, sistematizado em cinco semestres letivos.

c) Havia interesse do governo do estado do Acre, assim como da própria Universidade Federal do Acre, quanto a ampliar os quadros de docentes e investir qualitativamente no ensino superior, na perspectiva de capacitar recursos humanos para atender as demandas regionais.

Para a consecução desta finalidade, em dezembro de 1975, foi encaminhado um projeto ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do Ministério da Educação e Cultura, propondo a criação de um curso que viesse a complementar os estudos do curso de Estudos Sociais, cuja formação era licenciatura curta. Essa proposta respaldou-se na necessidade de qualificar profissionais destinados ao ensino de segundo grau e que também pudessem atuar na área de planejamento regional.

Posteriormente, a Universidade Federal do Acre sensibilizou-se em atender os anseios dos egressos de Estudos Sociais que trabalhavam na área de ensino de segundo grau, mas que pela legislação vigente eram pagos como profissionais qualificados somente para atuar no ensino de primeiro grau. Diante das justificativas incluídas no projeto de complementação de Estudos Sociais, o Departamento de Assuntos Universitários, do Ministério da Educação e Cultura (DAU/MEC) autorizou seu funcionamento por meio do oficio nº. 405, de 4 de fevereiro de 1976.

A licenciatura plena em História, modalidade de complementação em Estudos Sociais, foi desativada em 1980, quando já estavam incluídos todos os alunos que anteriormente ingressaram no curso de Estudos Sociais. No segundo semestre de 1978, a UFAC reformulou mais uma vez a estrutura curricular do curso de História, fixando o concurso vestibular, a partir de 1979, para a área específica de História e, consequentemente, a matrícula do aluno no primeiro período do ciclo básico.

Com todos esses procedimentos encaminhados, a Universidade Federal do Acre desativou o curso de Estudos Sociais, possibilitando a partir daí uma nova habilitação - Licenciatura Plena em História, cujos egressos estariam aptos para lecionar História no ensino de primeiro e segundo graus. O currículo mínimo do curso de Licenciatura Plena em Historia foi organizado segundo o parecer nº 412/1962, do Conselho Federal de Educação, com duração de 8 semestres, num total de 2.700 horas, distribuídas entre o Ciclo Básico e o Ciclo Profissional.

O curso de História, no formato de Licenciatura Plena em Historia, foi aprovado pelo Parecer n ° 7.627, de 12 de dezembro de 1978, do Conselho Federal de Educação, e reconhecido pelo Decreto Presidencial nº 83.151, de 22 de fevereiro de 1979. Em 1981, os docentes e discentes do curso de História desencadearam um processo de estudo e reformulação da Estrutura curricular elaborada na década de 1970.

Esse processo foi retomado por uma comissão composta por docentes e discentes do curso, já na segunda metade da década de oitenta. E, como parte dos trabalhos realizados pela referida comissão, foram desenvolvidos seminários, palestras, mesas-redondas e enviadas correspondências a outras instituições federais de ensino superior, visando adquirir informações sobre as perspectivas do ensino de História em nível de primeiro, segundo e terceiro graus. As atividades mencionadas acima proporcionaram a essa comissão algumas conclusões:

- 1- O exercício do magistério foi uma luta constante. Urgia ultrapassar a postura liberal egocêntrica e perceber, mais do que nunca, que o homem deve viver hoje o momento da socialização, do pensar e fazer coletivos que pressupõem um amplo entendimento dos problemas nacionais e internacionais.
- 2- O ensino de história trouxe muitos desafíos, mas é preciso que a consciência política perpasse toda a formação do aluno, tendo clareza na percepção de que a história é coletiva, é participação, e deve levar à democracia.
- 3- É necessário destacar a importância da história no conjunto das disciplinas de primeiro e segundo graus. Nessa direção, era vital também repensar e modificar a proposta curricular de história do primeiro e segundo graus, reformulando-as de acordo e paralelamente com o currículo do curso de História da Universidade Federal do Acre.
- 4- É preciso romper as amarras institucionais da organização tradicional dos conteúdos das disciplinas, dispostas seqüencialmente por ordem cronológica ou geográfica.

Prosseguindo, ampliando e aprofundando as discussões no interior do curso de História, foi realizada uma ampla consulta aos docentes do Departamento de História, discentes e egressos do curso. Como resultado, chegou-se a algumas conclusões:

- 1- Era necessário fortalecer a qualificação profissional.
- 2- Superar os problemas de estrutura e funcionamento do curso.
- 3- Investir na capacitação docente.
- 4- Alterar Estrutura Curricular do curso.
- 5- Modificar o horário de funcionamento do curso.

6- Criar o Bacharelado em História.

Como desfecho das ações realizadas, o currículo do curso de História foi modificado, sendo estabelecido um núcleo comum para a licenciatura e bacharelado, podendo o aluno, a partir do quinto período, optar pela licenciatura ou bacharelado ou cursar as disciplinas de ambos, podendo, neste caso, obter duas titulações - licenciado e bacharel.

Posteriormente, a partir de 1996, novos estudos foram realizados no sentido de criar o curso de História Noturno, frente aos pleitos encaminhados ao Departamento pela comunidade extra UFAC e a necessidade de ampliar as oportunidades de acesso à universidade de jovens e adultos oriundos da classe trabalhadora. O curso de História Noturno foi criado em 1996, inicialmente no sistema modular, passando depois a funcionar por meio do sistema de crédito semestral.

Importante destacar também que, como parte da necessidade de dar conta dos novos embates políticos, teóricos e metodológicos da própria história, o Departamento investiu na qualificação docente, sobretudo considerando que, com as aposentadorias de professores, o curso tornou-se carente de pessoal qualificado, como mestres e/ou doutores. Para o atendimento dessa meta, foi estabelecido um convênio entre a UFAC e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que possibilitou a capacitação de 25 profissionais, incluindo-se nesse percentual os egressos do curso que atuavam no ensino fundamental e médio e/ou eventualmente como professores substitutos do próprio curso ou de outros de áreas afins.

Ao longo desse percurso, o curso de História também estendeu sua ação aos demais municípios do Estado do Acre, por meio da interiorização da graduação plena, modalidade licenciatura, para atender as necessidades de formação de quadros para o magistério do ensino fundamental e médio. Vale também ressaltar que, nesse ínterim, como parte de todo um movimento nacional, foram elaborados, e aprovados pelo MEC, os parâmetros curriculares para o ensino de história nos níveis fundamental e médio. Não é demais considerar que as discussões em torno da educação brasileira que culminaram na LDB, nos parâmetros curriculares, não podem ser dissociadas da luta da sociedade civil organizada pela democracia nas várias instâncias das estruturas do poder institucionalizado.

Na atualidade, o propósito da reformulação do currículo de licenciatura é instituir uma nova estrutura condizente com as avaliações realizadas pelos docentes e discentes dos cursos de história, tendo como horizonte implantar uma proposta mais operacional quanto à distribuição de disciplinas,

atualização de ementários, revisão de carga horária dos conteúdos disciplinares, incluindo-se, também, as experiências de estudos e pesquisas dos docentes nos seus mestrados e doutorados, as novas exigências da legislação de ensino e a real possibilidade, com entradas diferentes, do egresso da licenciatura ingressar no bacharelado ou vice versa.

A retrospectiva histórica do curso de História da Universidade Federal do Acre tem como objetivo maior demonstrar que o cumprimento da legislação de ensino vigente sempre foi acatado pelos docentes responsáveis pela elaboração das reformulações anteriores. Por outro lado, as mudanças de ordem política e o próprio avanço teórico e metodológico da ciência histórica têm conduzido os professores e alunos a continuamente repensar os conteúdos de seus cursos.

O importante considerar, que o curso de história na modalidade licenciatura tem oportunizado, sobremaneira, a formação de profissionais atuantes dentro e fora da Universidade. E, no que se refere ao Curso de Licenciatura em História (matutino), incluindo-se a experiência da licenciatura/bacharelado (anteriormente referida), estes tem proporcionado a capacitação de professores nos três níveis de ensino, vários destes integrantes do quadro docente da atual área de História, vinculada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, tendo-se na oportunidade, 10 destes profissionais em processo de doutoramento através do DINTER UFAC/USP, acrescentando-se também que dentre os que atuam nas redes pública e privada de ensino há egressos destes cursos com titulação de Mestre.

Relevante ainda acentuar que os cursos de História contribuíram também para a formação de profissionais que, competentemente, têm atuado nas administrações públicas, além de ter criado uma geração de políticos renomados atuantes no âmbito do estado do Acre e nacionalmente, bem como oportunizado a formação de lideranças políticas, jornalistas e intelectuais de reconhecida competência.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a formação intelectual desses homens e mulheres, construída enquanto discentes dos cursos de História, se constitui motivo de honra para o quadro docente da área de História da UFAC, tendo em vista o nível de consciência política e social que estes têm demonstrado na condição de professores, lideranças de bairro, assessores de movimentos sociais, militantes de movimentos artísticos e pesquisadores conceituados local e nacionalmente.

1.8.2 Objetivos

- ➤ Qualificar recursos humanos na área de história com capacidade de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, na condição de professor de história do terceiro grau, do ensino fundamental e médio.
- Formar profissionais que se empenhem na socialização do conhecimento sobre as múltiplas trajetórias das sociedades humanas, particularmente as brasileiras e as regionais.
- ➤ Propiciar ao aluno a oportunidade de participar de estudos e debates acerca das novas tendências da historiografía contemporânea na perspectiva de atualizá-la quanto ao debate teórico da história no contexto das ciências humanas e sociais.
- Desenvolver projetos de pesquisa histórica direcionada aos estudos das relações entre natureza e sociedade na Amazônia Sul-Ocidental, na perspectiva da sustentabilidade e preservação ambiental.
- ➤ Tornar o aluno capaz de ter uma visão crítica a respeito dos processos sociais na Amazônia, sendo capaz de interagir com os diferentes grupos tanto na perspectiva do desenvolvimento de estudos e debates ligados à realidade regional quanto no que se refere à assessoria a instituições públicas, privadas, ONGs e sindicatos, entre outras entidades, no tocante ao fazer histórico dos agentes sociais presentes no chão amazônico.

1.8.3 Princípios

- > Atuar com ética e responsabilidade social no exercício da função de professor de história e/ou historiador.
- ➤ Ter visão ampla da realidade regional, estabelecendo as conexões entre o local, regional, nacional e internacional.
- ➤ Possuir domínio da natureza do conhecimento histórico e das diversas práticas de ensino e de pesquisa em história, essenciais à produção e disseminação do conhecimento histórico.
- ➤ Apresentar pleno conhecimento da relação de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, independentemente da área em que venha atuar profissionalmente.

- ➤ Elaborar, orientar, coordenar e/ou implementar propostas e projetos de ensino de história que contribuam para a inclusão de segmentos marginalizados, na perspectiva da construção do conhecimento histórico como estratégia de transformação social.
- ➤ Buscar desenvolver estudos históricos que, coerentes com os novos postulados da historiografía contemporânea, superem os modelos explicativos centrados em compartimentações e determinações.

2. JUSTIFICATIVA DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

O desmembramento do Curso de Licenciatura em História do Curso de Bacharelado em História trata-se de uma exigência legal, expressa na LDB de 1996 e nas demais legislações dela decorrente. A Licenciatura em História passa, a partir de então, dedicar maior atenção aos conteúdos ditos pedagógicos, com um compromisso especial voltado para a formação do professor de história. A entrada continua anual, via processo seletivo, com 100 vagas (sendo: 50 para cada turno matutino/vespertino).

O Curso de Licenciatura em História, considerando o perfil do profissional a ser formado e sua área de atuação como professor do ensino fundamental, médio e superior, deve se destacar pelo domínio das várias concepções de história e das múltiplas possibilidades metodológicas existentes. Devem, também, demonstrar habilidades com as diversas formas de escrita da história a partir da renovação preconizada pelas novas tendências da historiografía contemporânea, notadamente de inspiração francesa e inglesa.

Este profissional buscará, por meio do embasamento teórico, uma nova compreensão do passado, que não pode ser visto como fonte pura e isolada de conhecimento, mas como uma compreensão possível do presente. O que se quer formar é um profissional de história capaz de discernir entre o que interessa no mundo de hoje, resgatando essas informações, e descartando o que muitas vezes é apenas produzido sem reflexões.

O domínio dessa forma de conhecimento implica delegar aos historiadores a responsabilidade por encaminhar respostas alternativas à sociedade. Respostas, não absolutas, mas passíveis de mudanças e, a cada descoberta, de reformulações. Essa compreensão do conhecimento histórico exige que o conceito de documento histórico seja ampliado, compreendendo os mais diversos registros da atividade humana, o que, por sua vez, exige a utilização de novas linguagens e de temas que tragam novas abordagens acerca do real vivido pelas sociedades humanas.

Tudo que retratar e informar sobre uma época, desde objetos a estilo de vida, representa uma intensa documentação histórica. E é essa visão ampla e atual que deveremos incentivar durante os quatro anos da vida universitária dos futuros historiadores.

A opção pela licenciatura separada do bacharelado liga-se à natureza do curso, que exige uma carga/horária específica, e agora bastante ampliada, das chamadas disciplinas pedagógicas, com o

propósito de, realmente, formar bem o professor de história. Isto sem perder de vista a formação do pesquisador, já que o exercício do ensino é também um eterno descobrir, e assim sendo, vamos criar possibilidades concretas de pesquisas em instituições privadas ligadas à cultura, às artes, ao turismo e à comunicação de massa, entre outras.

A partir do exposto acima, o currículo do curso de Licenciatura em História deve ter uma estrutura curricular que responda às exigências da lei e às possibilidades profissionais que o mercado oferece. Interessa também como parte da formação do licenciado em História evidenciar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e não uma hierarquia valorativa. A sala de aula, o ensino, é espaço, por excelência, da disseminação da pesquisa. Sem pesquisa, portanto, o ensino não se renova. O graduado pleno, na condição de professor de história, deve também exercitar a produção do conhecimento numa relação dialógica com os discentes, além do fato de que as opções por licenciatura ou bacharelado não devem ser vistas como definitivas ou estanques.

3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Modalidade: Licenciatura Atos legais de autorização ou criação: Parecer SESu nº 2.690, de 03-10-1977 Atos legais de reconhecimento/Renovação: Decreto nº 83.151, de 12 de fevereiro de 1979 Portaria SERES/MEC nº 286, de 21-12-2012 Licenciado em História Modalidade de ensino: Presencial Regime de matrícula Semestral por disciplina/ sistema de crédito Tempo de Duração: Mínimo: 4 (quatro) anos Máximo: 7 (sete) anos. CNE: 2.800h Créditos mínimos: UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de furmas I (uma) por ano. Turno de funcionamento: Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Nome do Curso:	Licenciatura em História		
Atos legais de reconhecimento/Renovação: Decreto nº 83.151, de 12 de fevereiro de 1979 Portaria SERES/MEC nº 286, de 21-12-2012 Titulo Acadêmico conferido: Licenciado em História Modalidade de ensino: Presencial Regime de matrícula Semestral por disciplina/ sistema de crédito Mínimo: 4 (quatro) anos Máximo: 7 (sete) anos. Carga horária mínima: CNE: 2.800h Créditos mínimos: UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de funcionamento: Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Modalidade:	Licenciatura		
Portaria SERES/MEC nº 286, de 21-12-2012 Titulo Acadêmico conferido: Licenciado em História Presencial Regime de matrícula Semestral por disciplina/ sistema de crédito Mínimo: 4 (quatro) anos Máximo: 7 (sete) anos. Carga horária mínima: CNE: 2.800h Créditos mínimos: UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de funcionamento: Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Atos legais de autorização ou criação:	Parecer SESu nº 2.690, de 03-10-1977		
Titulo Acadêmico conferido: Modalidade de ensino: Regime de matrícula Semestral por disciplina/ sistema de crédito Tempo de Duração: Mínimo: 4 (quatro) anos Máximo: 7 (sete) anos. Carga horária mínima: CNE: 2.800h Créditos mínimos: UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de funcionamento: Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Atos legais de reconhecimento/Renovação:	Decreto nº 83.151, de 12 de fevereiro de 1979		
Modalidade de ensino: Presencial Regime de matrícula Semestral por disciplina/ sistema de crédito Tempo de Duração: Mínimo: 4 (quatro) anos Máximo: 7 (sete) anos. CNE: 2.800h Créditos mínimos: UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de turmas 1(uma) por ano. Turno de funcionamento: Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma		Portaria SERES/MEC nº 286, de 21-12-2012		
Regime de matrícula Semestral por disciplina/ sistema de crédito Mínimo: 4 (quatro) anos Máximo: 7 (sete) anos. Carga horária mínima: CNE: 2.800h UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de funcionamento: Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Titulo Acadêmico conferido:	Licenciado em História		
Tempo de Duração: Mínimo: 4 (quatro) anos Máximo: 7 (sete) anos. Carga horária mínima: CNE: 2.800h UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de furmas I(uma) por ano. Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Modalidade de ensino:	Presencial		
Máximo: 7 (sete) anos. Carga horária mínima: CNE: 2.800h UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de turmas I (uma) por ano. Turno de funcionamento: Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Regime de matrícula	Semestral por disciplina/ sistema de crédito		
Carga horária mínima: CNE: 2.800h UFAC: 2930h Créditos: 134 Número de vagas oferecidas 100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno. Número de turmas 1 (uma) por ano. Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Tempo de Duração:	Mínimo: 4 (quatro) anos		
Créditos mínimos:UFAC: 2930h Créditos: 134Número de vagas oferecidas100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno.Número de turmas1(uma) por ano.Turno de funcionamento:Matutino/Noturno.Local de Funcionamento:Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.brForma de ingresso:Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma		Máximo: 7 (sete) anos.		
Número de vagas oferecidas100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta) por turno.Número de turmas1 (uma) por ano.Turno de funcionamento:Matutino/Noturno.Local de Funcionamento:Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.brForma de ingresso:Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Carga horária mínima:	CNE: 2.800h		
Número de turmas I (uma) por ano. Turno de funcionamento: Matutino/Noturno. Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Créditos mínimos:	UFAC: 2930h Créditos: 134		
Número de turmas I (uma) por ano. Matutino/Noturno. Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Número de vagas oferecidas	100 (cem) vagas por ano, sendo 50 (cinquenta)		
Turno de funcionamento: Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma		por turno.		
Local de Funcionamento: Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Número de turmas	1(uma) por ano.		
Industrial Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Turno de funcionamento:	Matutino/Noturno.		
Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo. Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma	Local de Funcionamento:	Campus Universitário, BR 364, Km 4, Distrito		
Fone: (68) 3901-2586/2613 E-mail: chistoriad@ufac.br Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma		Industrial		
E-mail: chistoriad@ufac.br Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma		Bloco Governador Joaquim Falcão Macedo.		
Forma de ingresso: Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma		Fone: (68) 3901-2586/2613		
ex-officio, Vagas residuais (Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma		E-mail: chistoriad@ufac.br		
Interna, Externa ou Portador de Diploma	Forma de ingresso:	Processo seletivo ENEM/SISU, Transferência		
		ex-officio, Vagas residuais (Transferência		
		Interna, Externa ou Portador de Diploma		
Superior)		Superior)		

4. PERFIL DO EGRESSO

Para que possa executar as atividades de professor de história, o egresso do curso de Licenciatura em História deve ter uma sólida formação humanística, possuir amplo domínio dos conteúdos que constituem os componentes curriculares do ensino Fundamental e Médio, além dos conceitos didáticos e metodológicos necessários a implementação plena e eficaz do oficio da docência.

Ser capaz de estabelecer uma relação dialógica entre a história e as demais ciências humanas e sociais, numa perspectiva inter, trans e multidisciplinar balizada por uma consciência ética e ecológica das realidades regional e brasileira.

Deverá também possuir conhecimentos acerca da evolução teórica e metodológica da história enquanto campo específico do conhecimento humano e, sobretudo, estar atualizado quanto ao debate das novas tendências da historiografía contemporânea.

Por outro lado, devem ainda ter capacidade de estabelecer as relações entre o regional, o nacional e o internacional, de modo a superar uma visão fragmentada do real histórico.

Também é necessário possuir juízo crítico de sua área de conhecimento e atuação, sabendo utilizar os métodos de história para a análise dos processos históricos regional, brasileiro e mundial, atuando dessa forma como agente formador de opinião e de transformação social.

Ter capacidade de intervir política e socialmente no meio social no qual está inserido, tendo como horizonte à inclusão de grupos sociais marginalizados e a ética da responsabilidade social.

Enfim, o licenciado em História deve estar apto à carreira da docência do ensino fundamental, médio e do terceiro grau, sem descolar o exercício do magistério da prática da pesquisa. Deve ser capaz, ainda, de fazer estudos críticos das informações obtidas, redigir memórias cronológicas sobre os mais diferentes aspectos da atividade humana e prestar assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos e turísticos, entre outros.

4.1 Campo de atuação do Profissional de História

O profissional egresso do curso de Licenciatura em História deve estar apto ao exercício do magistério do ensino fundamental, médio e superior. Deve possuir qualificação que lhe possibilite realizar estudos, debates e pesquisas acerca das realidades regionais e brasileiras, em diferentes temporalidades e estabelecendo as conexões entre presente e passado, entre o regional, o nacional e o internacional.

Pode, ainda, atuar em diversas áreas, a saber:

- Assessorar projetos pedagógicos na área de história;
- Magistério superior em universidades públicas e privadas.
- Assessorias as entidades públicas e privadas ligadas aos setores culturais, políticos, artísticos, turísticos, de patrimônio e meios de comunicação, entre outros.
- Atuar junto a comunidades, associações comunitárias e sindicatos no que se refere à preservação de suas memórias e produção de bancos de dados.
- Ter iniciativa própria, prestando assessoria (pessoa física e jurídica) em alguns dos locais já citados.

5. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- Dominar as diferentes concepções teóricas e metodológicas da história que embasam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Conhecer e distinguir as diversas concepções presentes no ensino de história, para que possa atuar conscientemente no exercício do magistério;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a contribuição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações essenciais às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, observando, ainda, as inter-relações;
- Ser capaz de estabelecer diálogos entre a história e as demais áreas das ciências humanas e sociais;
- Ter domínio da prática de pesquisa no que concerne à produção de conhecimento e sua difusão não apenas no âmbito acadêmico, mas, também, em instituições de ensino, museus, órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- Fazer uso de várias linguagens no que se refere à escrita da história, bem como ter domínio da Informação enquanto fundamento necessário ao ofício do historiador;
- Possuir formação complementar e interdisciplinar que o capacite para a prestação de assessorias a entidades públicas e privadas ligadas à cultura, às artes, ao turismo e à memória, entre outras;
- Competência na utilização da informática.

6. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

O Projeto Pedagógico Curricular do curso de **Licenciatura em História** da Universidade Federal do Acre apresenta uma organização curricular que se compõe de três grandes eixos temáticos:

Conhecimento para uma formação geral

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO GERAL
Libras
Estágio Supervisionado do Ensino de História V
Estágio Supervisionado do Ensino de História VI
Estágio Supervisionado do Ensino de História VII

Conhecimento específico dos conteúdos históricos, abrangendo, dentre outras:

DISCIPLINAS DOS CONTEÚDOS HISTÓRICOS
Estudos em História
História Antiga I
História Contemporânea I
História Contemporânea II
História da África I
História da Amazônia
História da Amazônia II
História da América
História da América V
História da América VI
História do Acre VII
História do Acre VIII
História Indígena do Acre
História do Brasil
História do Brasil V
História do Brasil VI
História do Oriente
História Medieval
História Moderna
História e Cultura Afro-brasileira
Metodologia Científica aplicada aos Estudos de História
Pesquisa Histórica I
Pesquisa Histórica II
Teoria da História IV

Teoria da História V	
Teoria da História VI	

Conhecimento para uma formação pedagógica:

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
Didática
Educação e Sociedade
Investigação e Prática Pedagógica
Fundamentos da Educação Especial
Org. Curricular e Gestão da Escola
Org. da Educ. Básica e Legislação do Ensino
Profissão Docente: Identidade, Carreira e
Desenvolvimento Profissional
Psicologia da Educação
História da Educação Brasileira
Ensino de História
Ensino de História II

O curso está estruturado para ser realizado num prazo mínimo de 4 anos e no máximo de 7 anos. Com 8 semestres, com oferta semestral por disciplina. A carga horária total é de 2.930 horas, com 95 créditos teóricos (1425 horas), 30 créditos práticos (900 horas), 9 créditos de Estágios (405 horas), totalizando 134 créditos. Contabilizando-se ainda 200 horas de atividades-Acadêmico Científico-Culturais.

Os princípios metodológicos que permearão as ações acadêmicas estão relacionados ao campo de atuação do futuro profissional e a interlocução entre os saberes acadêmicos, científicos e dos atores sociais que integram as múltiplas etnias e culturas existentes na Amazônia Sul-Ocidental.

A teoria e a prática devem se constituir o *locus* da vivência acadêmica dos discentes do curso. Nessa direção, o esforço metodológico deverá ser orientado no sentido de possibilitar que a formação intelectual dos discentes compreenda as diversas teorias que orientam o fazer do profissional de história, explicitando-as e relacionando-as com as práticas metodológicas da pesquisa histórica.

Considerando o exposto, os princípios metodológicos devem estar assentados nos seguintes postulados:

- Compreender o currículo do curso como um processo aberto a mudanças no sentido de atualizálo conforme os debates teóricos e metodológicos da história, como um campo específico do conhecimento humano;
- Estabelecer diálogo com as outras áreas do conhecimento humano e social no que se referem aos estudos, pesquisas, debates, seminários e outros;

- Relação teórica e prática como elemento integrador das disciplinas ditas teóricas com as de conteúdo histórico, possibilitando que o aluno tenha do currículo do curso uma compreensão sistêmica e não fragmentada;
- Valorização dos saberes das múltiplas etnias e culturas presentes no chão acreano, notadamente no que se refere à pesquisa acadêmica;
- Cultura de avaliação do ensino-aprendizagem como um processo global que envolve conteúdo, competências e habilidades;
- Autonomia como princípio educativo que deve estar presente na relação ensino-aprendizagem;
- Uso de novas linguagens e tecnologias visando otimizar a aprendizagem;
- Conceber a pesquisa como um princípio científico e educativo, dando ênfase à prática de pesquisa como componente curricular desde os primeiros períodos do curso.

6.1 Componentes Curriculares

Componentes Curriculares Obrigatórios

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO T – P – E	С/Н
CELA186	Educação e Sociedade	$\mathbf{T} - \mathbf{P} - \mathbf{E}$ $4 - 0 - 0$	60
CFCH386	Estudos em História	4-0-0	60
CFCH265	Metodologia Científica Aplicada aos Estudos de História	2-1-0	60
CFCH294	Teoria da História IV	2 - 1 - 0	60
CFCH291	História Antiga I	2 - 1 - 0	60
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino	4-0-0	60
CFCH299	Teoria da História V	4-0-0	60
CFCH129	História Medieval	2-1-0	60
CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional	4-0-0	60
CELA267	História da Educação Brasileira	3 - 1 - 0	75
CFCH282	História Moderna	2-1-0	60
CFCH283	História do Brasil	2 - 1 - 0	60
CFCH286	História da América	2 - 1 - 0	60
CFCH525	História da Amazônia	2 - 1 - 0	60
CELA969	Investigação e Prática Pedagógica	1 - 2 - 0	75
CELA970	Psicologia da Educação	4 - 0 - 0	60
CFCH272	História da América V	2-1-0	60
CFCH273	História do Brasil V	2-1-0	60
CFCH110	História da Amazônia II	2 - 1 - 0	60
CFCH302	Teoria da História VI	4 - 0 - 0	60
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	4-0-0	60
CELA971	Didática	3-1-0	75
CFCH276	História do Brasil VI	2 - 1 - 0	60
CFCH279	História da América VI	2-1-0	60
CFCH317	História Indígena do Acre	2-1-0	60
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	4-0-0	60
CFCH318	Ensino de História	2-1-0	60
CFCH319	Estágio Supervisionado do Ensino de História V	0-0-3	135
CFCH113	Histórica Contemporânea I	2-1-0	60
CFCH524	História da África I	2-1-0	60

CELA745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2-1-0	60
CFCH131	Ensino de História II	2-1-0	60
CFCH322	Estágio Supervisionado do Ensino de História VI	0 - 0 - 3	135
CFCH114	História Contemporânea II	2-1-0	60
CFCH088	Pesquisa Histórica I	2 - 1 - 0	60
CFCH089	Pesquisa Histórica II	2 - 1 - 0	60
CFCH304	História do Acre VII	2 - 1 - 0	60
CFCH323	Estágio Supervisionado do Ensino de História VII	0 - 0 - 3	135
CFCH351	História e Cultura Afro Brasileira	2 - 1 - 0	60
CFCH312	História do Acre VIII	2 - 1 - 0	60
CFCH281	História do Oriente	2 - 1 - 0	60

6.2 Quadro: Estrutura curricular

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA (MATUTINO/NOTURNO)

1° Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	С/Н	CREDITOS		os	PRÉ-REQUISITO
СОВІСС			T	P	Е	(CÓD./NOME DISC.)
CELA186	Educação e Sociedade	60	4	0	0	
CFCH386	Estudos em História	60	4	0	0	
CFCH265	Metodologia Científica Aplicada aos	60	2	1	0	
	Estudos de História					
CFCH294	Teoria da História IV	60	2	1	0	
CFCH291	História Antiga I	60	2	1	0	
	Carga Horária do Semestre	300	14	3	0	

2° Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	C/H	С	REDITO	os	PRÉ-REQUISITO
CODIOO	DISCH LINA	C/11	T	Р	E	(CÓD./NOME DISC.)
CELA968	Organização da Educação Básica e					
	Legislação do Ensino	60	4	0	0	
CFCH299	Teoria da História V	60	4	0	0	
CFCH129	História Medieval	60	4	0	0	
CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional	60	4	0	0	
CFCH267	História da Educação Brasileira	75	3	1	0	
	Carga Horária do Semestre	315	19	1	0	

3° Semestre

CÓDIGO DISCIPLINA		C/H	С	REDITO	os	PRÉ-REQUISITO
CODICO	DISCH LINA	0,11	T	Р	E	(CÓD./NOME DISC.)
CFCH282	História Moderna	60	2	1	0	
CFCH283	História do Brasil	60	2	1	0	
CFCH286	História da América	60	2	1	0	
CELA969	Investigação e Prática Pedagógica	75	1	2	0	
CELA970	Psicologia da Educação	60	4	0	0	
	Carga Horária do Semestre	315	11	5	0	

4° Semestre

CÓDIGO	CÓDIGO DISCIPLINA		CREDITOS			PRÉ-REQUISITO
CODICO		C/H	T	Р	E	(CÓD./NOME DISC.)
CFCH272	História da América V	60	2	1	0	
CFCH273	História do Brasil V	60	2	1	0	
CFCH302	Teoria da História VI	60	4	0	0	
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60	4	0	0	
CELA971	Didática	75	3	1	0	
	Carga Horária do Semestre	315	15	3	0	

5° Semestre

CÓDIGO	CÓDIGO DISCIPLINA		С	REDITO	os	PRÉ-REQUISITO
CODICO	DISCH LINA	C/H	T	Р	E	(CÓD./NOME DISC.)
CFCH276	História do Brasil VI	60	2	1	0	
CFCH279	História da América VI	60	2	1	0	
CFCH317	História Indígena do Acre	60	2	1	0	
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	60	4	0	0	
CFCH318	Ensino de História	60	2	1	0	
	Carga Horária do Semestre	300	12	4	0	

6° Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	C/H	С	REDITO)S	PRÉ-REQUISITO
000.00		0,	T	Р	Е	(CÓD./NOME DISC.)
CFCH319	Estágio Supervisionado do Ensino de História V	135	0	0	3	
CFCH113	História Contemporânea I	60	4	0	0	
CFCH524	História da África I	60	2	1	0	
CELA745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	2	1	0	
CFCH131	Ensino de História II	60	2	1	0	
	Carga Horária do Semestre	375	10	3	3	

7° Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	С/Н	CREDITOS			PRÉ-REQUISITO
СОВІОО	DISCH LINA	C/11	T	Р	E	(CÓD./NOME DISC.)
CFCH322	Estágio Supervisionado do Ensino de História VI	135	0	0	3	
CFCH114	História Contemporânea II	60	4	0	0	
CFCH088	Pesquisa Histórica I	60	2	1	0	
CFCH525	História da Amazônia	60	2	1	0	
CFCH304	História do Acre VII	60	2	1	0	
	Carga Horária do Semestre	375	10	3	3	

8° Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	С/Н	С	REDITO	os	PRÉ-REQUISITO
CODIGO	DISCH LINA	C/11	T	Р	Е	(CÓD./NOME DISC.)
CFCH323	Estágio Supervisionado do Ensino de História VII	135	0	0	3	
CFCH351	História e Cultura Afro Brasileira	60	4	0	0	
CFCH110	História da Amazônia II	60	4	0	0	
CFCH312	História do Acre VIII	60	2	1	0	
CFCH281	História do Oriente	60	2	1	0	
CFCH089	Pesquisa Histórica II	60	2	1	0	
	Carga Horária do Semestre	435	14	3	3	

ESTRUTURA CURRICULAR	С/Н	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.730	139
AACC	200	-
Carga Horária Total	2.930	139

Atividades Acadêmicas extracurricular

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	0 - 0 - 0	200

6.1.2 Quadro: Equivalência de Disciplinas

Disciplinas equivalentes entre as estruturas curriculares de 2006-VERSÃO 2008/1 e Versão 2014/2

\mathbf{E}_{i}	STRUTURA DE 2006-VERSÃO 2008	ESTRUTURA VERSÃO (2014/2				
CFCH086	Estudos em História I	CFCH386	Estudos em História			
CFCH298	Metodologia Científica Aplicada aos Estudos de História	CFCH265	Metodologia Científica Aplicada aos Estudos de História			
CFCH091	Teoria da História I	CFCH294	Teoria da História IV			
CFCH092	Teoria da História II	CFCH299	Teoria da História V			
CFCH093	Teoria da História III	CFCH302	Teoria da História VI			
CFCH090	História Antiga	CFCH291	História Antiga I			
CFCH130	Ensino de História I	CFCH318	Ensino de História			
CFCH131	Ensino de História II	CFCH131	Ensino de História II			
CFCH129	História Medieval	CFCH129	História Medieval			
CFCH099	História Moderna I		História Moderna			
CFCH100	História Moderna II	CFCH282	*Não valem os créditos de CFCH282 para CFCH099 e CFCH100			
CFCH101	História do Brasil I		História do Brasil			
CFCH102	História do Brasil II	CFCH283	*Não valem os créditos de CFCH283 para CFCH101 e CFCH102			
CFCH103	História do Brasil III	CFCH273	História do Brasil V			
CFCH104	História do Brasil IV	CFCH276	História do Brasil VI			
CFCH105	História da América I		História da América			
CFCH106	História da América II	CFCH286	*Não valem os créditos de CFCH286 para CFCH105 e CFCH106			
CFCH107	História da América III	CFCH272	História da América V			
CFCH108	História da América IV	CFCH279	História da América VI			
CFCH096	História do Acre I	CFCH304	História do Acre VII			
CFCH097	História do Acre II	CFCH312	História do Acre VIII			
CFCH109	História da Amazônia I	CFCH525	História da Amazônia			
CFCH110	História da Amazônia II	CFCH110	História da Amazônia II			
CFCH088	Pesquisa Histórica I	CFCH088	Pesquisa Histórica I			
CFCH089	Pesquisa Histórica II	CFCH089	Pesquisa Histórica II			
CFCH113	Histórica Contemporânea I	CFCH113	Histórica Contemporânea I			
CFCH114	História Contemporânea II	CFCH114	História Contemporânea II			
CFCH098	História do Oriente	CFCH281	História do Oriente			
CFCH112	História da África	CFCH524	História da África I			

Aprovado em reunião Colegiada do curso de Licenciatura em História realizada em 27-04-2015.

6.1.2 Quadro: Equivalência de Disciplinas: processo nº 23107.007955/2018-32, de 20-04-2018. Aprovado em reunião colegiada realizada em 17-05-2018

Disciplinas equivalentes entre as estruturas curriculares de 2006/VERSÃO 2008/1 para versão 2014/2 iniciada no 1°sem/2015.

	ESTRUTURA DE 2006-VERSÃO	2008		ESTRUTURA CURRICULAR VERSÃO (2014/2)				
		C/H	CRÉDITOS			C/H	CRÉDITOS	
CFCH132 CFCH133 CFCH134	Estágio Supervisionado do Ensino de História I Estágio Supervisionado do Ensino de História II Estágio Supervisionado do Ensino de História III	90 90 90	0-0-2 0-0-2 0-0-2	CFCH319 CFCH322 CFCH323	Estágio Supervisionado do Ensino de História V Estágio Supervisionado do Ensino de História VI Estágio Supervisionado do Ensino de História VII	135 135 135	0-0-3 0-0-3 0-0-3	
CFCH135	Estágio Supervisionado do Ensino de História IV	135	0-0-3					
	réditos de: CFCH132, CFCH133, CFCH134 e CFCF e CFCH323		СБСН319,		créditos de: CFCH319, CFCH322 e CFCH32 e CFCH135	3 para: CI	FCH132, СFСН1.	
	TOTAL CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS	405	0-0-9	,	TOTAL CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS	405	0-0-9	

	nas equivalentes entre as estruturas curricu	lares de	2006/VERS	SÃO 2008	/1 para versão 2014/2 iniciada no 1ºse	m/2015.						
_	ESTRUTURA DE 2006-VERSÃO	2008			ESTRUTURA CURRICULAR VE	RSÃO (20	14/2)					
C/H CRÉDITOS												
CFCH132	Estágio Supervisionado do Ensino de História I	90	0-0-2	- CFCH319	Estágio Supervisionado do Ensino de História V	135	0-0-3					
FCH133	Estágio Supervisionado do Ensino de História II	90	0-0-2			150						
alem os o	créditos de CFCH132 e CFCH133 para CFCH319				edito de CFCH319 para CFCH132 o crédito de CFCH319 para CFCH133							
FCH133	Estágio Supervisionado do Ensino de História II	90	0-0-2	CFCH322	Estágio Supervisionado do Ensino de História VI	135	0-0-3					
FCH134	Estágio Supervisionado do Ensino de História III	90	0-0-2	CrCH322	Estagio Supervisionado do Ensino de Historia VI							
alem os o	créditos de CFCH133 e CFCH134 para CFCH322				dito de CFCH322 para CFCH133 o crédito de CFCH322 para CFCH134							
	Estágio Supervisionado do Ensino de História I	90	0-0-2	CFCH319	Estágio Supervisionado do Ensino de História V	135	0-0-3					
FCH132	Estágio Supervisionado do Ensino de História II	90	0-0-2	CFCH322	Estágio Supervisionado do Ensino de História VI	135	0-0-3					
	Estagio Supervisionado do Ensiño de Historia II		0.0.2		·							
FCH133	Estágio Supervisionado do Ensino de História III	90	0-0-2									
FCH132 FCH133 FCH134 Valem os G			1	Valem os c	réditos de CFCH319 e CFCH322 para CFCH13	2, CFCH133	e CFCH134					

6.1.2 Quadro: Equivalência de Disciplinas: processo nº 23107.007955/2018-32, de 20-04-2018. Aprovado em reunião colegiada realizada em 17-05-2018

Disciplinas equivalentes entre as estruturas curriculares de 2006/VERSÃO 2008/1 para versão 2014/2 iniciada no 1°sem/2015.

]	ESTRUTURA CURRICULAR VERSÃ	O (2014	1/2)		ESTRUTURA DE 2006-VERS	ÃO 2008	
		C/H	CRÉDITOS			C/H	CRÉDITOS
CFCH319	Estágio Supervisionado do Ensino de História V	135	0-0-3	CFCH132	Estágio Supervisionado do Ensino de História I	90	0-0-2
Vale o crédito de CFCH319 para CFCH132			*Não vale o	crédito de CFCH132 para CFCH319			
CFCH322	Estágio Supervisionado do Ensino de História VI	135	0-0-3	CFCH133	Estágio Supervisionado do Ensino de História II	90	0-0-2
Vale o cré	dito de CFCH322 para CFCH133			*Não vale (crédito de CFCH133 para CFCH322		
CFCH322	Estágio Supervisionado do Ensino de História VI	135	0-0-3				
CFCH323	Estágio Supervisionado do Ensino de História VII	135	0-0-3	CFCH134	Estágio Supervisionado do Ensino de História III	90	0-0-2
Valem os o	créditos de CFCH322 e CFCH323 para CFCH134			*Não vale (crédito de CFCH134 para CFCH322 e/ou CFCH	1323	
CFCH323	Estágio Supervisionado do Ensino de História VII	135	0-0-3	CFCH135	Estágio Supervisionado do Ensino de História IV	135	0-0-3
	dito de CFCH323 para CFCH135			Valo o arád	ito de CFCH135 para CFCH323		

6.2 Quadro: Ementas e Referências

6.2.1 Quadro: Disciplinas Obrigatórias com Ementas e Referências

1º Semestre:

CELA 186 Educação e Sociedade EMENTA: A institucionalização da educação escolar e a evolução da escola na sociedade m sociedade e as diferentes formas de interpretação das funções e finalidades forma	ativas da escola.	T 4	P 0	0 e				
EMENTA: A institucionalização da educação escolar e a evolução da escola na sociedade m	noderna. A relaçã ativas da escola.							
A institucionalização da educação escolar e a evolução da escola na sociedade m	ativas da escola.	o educ	cação	Эе				
	tos de educação. I			l				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 217-227 GOMES, A. I. P. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J.G.; GOMES, A.I.P. Compreender e transformar o ensino. Trad. Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998. NÓVOA, A. Relação escola-sociedade: "novas respostas para um velho problema". In: SERBINO, R.V. et al (Orgs.). Formação de professores. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 19-39								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CARVALHO, M. Quem é negro, quem é branco: desempenho e classificação rac Brasileira de Educação, n. 28, 2005, p. 77-96. CORTELLA, M.S. Conhecimento escolar: epistemologia e política. In: fundamentos epistemológicos e políticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 129-159. DUBET, F. Onde estariam as promessas de mudanças no sistema escolar? Pres set./out. 2004, p. 49- 52. DURKHEIM, E. A educação como processo socializador: função homogeneizado In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. (Orgs.) Educação e Sociedade. 10. ed. São Paulo: Peres escolar educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Médicas, 1989. p. 105-131 acional, 1979. p. 34-48 NOGUEIRA, M.A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma Realidade, v. 31 (2), jul./dez. 2006, p. 155-170 ROSEMBERG, F. Educação formal: mulher e gênero no Brasil contemporâneo. 9, 2001, p. 515-540. SACRISTÁN, J. G. A trajetória de um direito cheio de promessas. In: seu sentido educativo e social. Trad. Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed SACRISTÁN, J. G. A educação obrigatória e o otimismo em relação ao progreducação obrigatória: seu sentido educativo e social. Trad. Jussara Rodrigues.	Escola e con sença pedagógico dora e função diferendo: Cia. Editora a de massas. In: La Silva. Porto Ale a relação. Educação estudos Feminis. A educação ob d, 2001. p. 15-33 presso. In:	enciado e tas, n. erigate	dora. Artes 2, v	ol.				

escola comum. In: _____. *A educação obrigatória:* seu sentido educativo e social. Trad. Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 71-97

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CFCH 386	Estudos em História	60 h	4	0	0

EMENTA:

A historicidade do Termo história; o tempo e o espaço enquanto conceitos historicamente constituídos; a historiografía entre gregos e romanos na antiguidade e seus principais autores; analisar os campos da história: métodos e escolhas teóricas dos historiadores; sociologia da produção do conhecimento histórico; história e historiadores: relação passado e presente; o papel do historiador; o trabalho do historiador e suas fontes de pesquisa: história e linguagens (documentais, visuais e digitais); temas e propostas de renovações metodológicas relevantes no debate historiográfico contemporâneo, situando o diálogo da relação da historiografía brasileira com as principais tendências historiográficas na atualidade: a nova história francesa, a história social inglesa e a micro-história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

HOBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. As Escolas Históricas. Lisboa, Publicações Europa-América, 1983.

BRAUDEL, Fernand. Reflexões sobre a história. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales. São Paulo, UNESP.

CARR, Edward Hallet. O que é História? Rio de Janeiro, Paz e Terra.

COLLINGWOOD, R.G. A Idéia de História. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. IN: Revista História & Perspectivas. Minas Gerais, UFU, jan/jun - 1992, número 6;

GARRIDO, José Del Alcazar. As fontes históricas na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/MARCO ZERO/FAPESP/FINEP/CNPq, Set. 92/Ago.93, v.13, n.25/26, p.p.33-54.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Vértice, 1990.

HERÓDOTO. História. Brasília, UNB, s.d.

HEGEL, G. W. F. (1990), *A razão na História:uma introdução geral à filosofia da história*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo. Moraes.

HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

KRANTZ, Frederick (org.). A outra história. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

LE GOFF, Jacques. Memória e História. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques. História: Novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

RODRIGUES, José Honório, Teoria da História do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1978.

GLENISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo, DIFEL, 1977.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2005.

WEHLING, Arno. (1994), A invenção da História. Rio de Janeiro/Recife. Gama Filho/Editora da UFPE.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		OS
			T	P	Е
CFCH265	Metodologia Científica aplicada aos Estudos de História	60 h	2	1	0

EMENTA:

Ensino de diretrizes para a elaboração e produção de trabalhos acadêmicos dentro das normas da ABNT (resenhas, seminários, fichas de leituras, resumos, fichamentos, projetos de pesquisas, artigos, monografias, entrevistas e ensaios científicos). Uso de recursos digitais de pesquisa (bancos de documentos e sites especializados em História).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, José D'Assunção. Sobre a noção de Paradigma e seu uso nas Ciências Humanas. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), v. 11, p. 426-444, 2010.

________. O Projeto de Pesquisa em História. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. O Campo da História - Especialidades e Abordagens. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDOSO, C. F. S. Um historiador fala de teoria e metodologia: Ensaios. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2005.

CARR, Edward Hallet. O que é a história? 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico. Porto Alegre: Dactilo-Plus, 2012.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. [orgs]. Fazer história: novos objetos. Volumes I/II/III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, J. C. A História, entre a Filosofia e a Ciência. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2013.

VEYNE, Paul Marie. (1995), *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª edição. Brasília: Ed. Unb, 2005.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRI	OS	
			Т	P	Е
CFCH294	Teoria da História IV	60 h	2	1	0

EMENTA:

Estudar os limites e as possibilidades da história a partir das concepções teóricas fundadoras da moderna ciência e, neste contexto, compreender as origens das matrizes teóricas e metodológicas da "história-ciência". Estudo do pensamento histórico e de correntes historiográficas emergentes no final do século XVIII e início do século XIX com ênfase na Escola Metódica Alemã, no Historicismo e no Positivismo francês, elaborando um diálogo com o conhecimento da filosofia e demais ciências sociais do período.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (vol. II)

BOURDÉ, Guy; MARTAN, Hervé. As escolas históricas. Portugal: Publicações Europa-América, 2003.

REIS, José Carlos. História & Teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade, Rio de janeiro: Editora FGV, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista / Auguste Comte; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

BENOIT, Lelita Oliveira. Augusto Comte: fundador da física social. São Paulo: Moderna, 2002. (coleção Logos)

REIS, Carlos José. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REIS, Carlos José. Wilhem Dilthey e a autonomia das ciências hiatóricos-sociais. – Londrina: Eduel, 2003.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CFCH291	História Antiga I	60 h	2	1	0

EMENTA:

A complexa inserção da Grécia no mundo mediterrâneo antigo: análise de processos específicos de formação da Polis, as lutas e contradições que configuram historicamente a democracia e o sistema cultural-filosófico grego (séculos VII e IV); As relações com o crescente fértil e o Egito; A Grécia de Homero e a Grécia de Heródoto; origem e processo de expansão da sociedade romana e a divulgação de seus preceitos políticos e culturais pelo mundo mediterrâneo; as especificidades político-sociais romanas como o escravismo, a idealização do poder político e a realização do latifúndio escravista que se constituem como aspectos fundantes da forma de ser social do mundo ocidental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEARD, Mary... et al./. Antiguidade Clássica. R. Janeiro: Zahar, 1998.

BOLSDON. J. (org.) O mundo Romano. Rio de Janeiro: Zahar, 1968

FLORENZANO, Maria B. B. O mundo Antigo: economia e sociedade. S. Paulo: Brasiliense, 1988;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

ANDERY, Maria Amália.../et al./. Para compreender a ciência. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDEC. 1988.

BURNS, Edward Macnall.../et al./. Historia da Civilização Ocidental. São Paulo: Globo. 2003.

Hartog, François. Os antigos, o passado e o presente. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2003.

FINLEY, Moses I. Historia antiga: testemunhos e modelos. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ACKER, Teresa Van, Gracia: a vida cotidiana na cidade-estado. S. Paulo: Atual, 1994;

BRAUDEL, Fernand. A Historia. IN:O Mediterrâneo. Lisboa, Editorial Teorema, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. A polis grega e a criação da Democracia. IN: As encruzinhadas do Labirinto II. R. Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CONTI, Flavio. Como reconhecer a arte grega. São Paulo: Martins Fontes/Edições 70/1984;

_____. Como reconhecer a are românica. São Paulo: Martins Fontes./Edições 70/1984;

CORASSIM, M. Luzia. A reforma agrária na Roma antiga. S. Paulo: Brasiliense, 1988;

COULANGES, FUSTEL DE N. D. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DETIENNE, M. Os mestres da verdade na Grécia arcaica. Trad. A. Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

FINLEY, M. I. Escravidão antiga e ideologia moderna. R. Janeiro: Graal, 1991.

. A democracia antiga e moderna.

. A política no mundo antigo. R. Janeiro: Zahar, 1985;

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto. 2006.

GLOTZ, A Cidade grega. Trad. H. A. Mesquita. São Paulo: DIFEL, 1980.

HARTOG, François. Os antigos, o passado e o presente. Brasília: UnB, 2003.

. Memória de Ulisses. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

JOLY, Fabio Duarte, A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005

MOSSÉ, Atenas, história de uma democracia. Trad. J. B. Costa. Brasíla: Ed. UnB, 1982.

MELTZER, Milton. Historia ilustrada da escravidão. R. Janeiro: Ediouro. 2004.

PHÔNIX. Laboratório de Historia Antiga – UFRJ. R. aneiro: Mauad, 2002

VEYNE, Paul, (org.) Historia da vida privada. Do Império Romano ao ano mil I. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

VERNANT, J.-P. As origens do pensamento grego. RJ/- São Paulo: DIFEL, 1977.

VIDAL-NAQUET, P.; AUSTIN, M. Economia e sociedade na Grécia antiga. Lisboa: Ed. 70, 1986.

2º Semestre

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		OS
			T	P	Е
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação de Ensino	60 h	4	0	0

EMENTA:

A Organização da Educação no Brasil. A Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Modalidades da Educação no contexto das políticas educacionais e da legislação de ensino; Lei de Diretrizes e Bases Nacional. Política de Financiamento da Educação Básica. Plano Nacional de Educação e Legislação Estadual de Ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. M. P. Educação de Jovens e Adultos. In: OLIVERIA, R. P.; ADRIÃO, Thereza (orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2007.

BRZESZINSKI, I. LDB/1996: Uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB *Dez anos depois:* reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17. Ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORRÊA, B. C. Educação Infantil. In: OLIVERIA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). *Organização do Ensino no Brasil:* níveis e modalidades. 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2007.

CURY, C. R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. *Gestão da Educação*: impasses, perspectivas e compromissos. Campinas: Cortez, 2000.

FERREIRA, L. A. M. O Estatuto da Criança e do adolescente e professor: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008.

GENTILLI, P. O Consenso de Washington e a Crise da Educação na América Latina. In: A falsificação do Consenso. Petrópolis: Vozes. 1998.

MENDONÇA, E. A regra e o jogo. In: *Democracia e patriotismo na educação brasileira*. Campinas: FE/UNICAMP, Lappanae, 2000. MONLEVADE, J. A. C. Financiamento da Educação na Constituição Federal e na LDB. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). *LDB Dez anos depois*: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, I. B de & GONDRA, J.G. Centralização, omissões e dubiedades na organização da educação nacional. In: ALVES, N.; VILLARD, R. (orgs). *Múltiplas leituras da nova LDB*. Rio de Janeiro: Dunya, 1997.

OLIVEIRA, R. & ADRIÃO, T. (Orgs.). O Ensino Fundamental. In: OLIVEIRA, R. P. e ADRIÃO, T. (orgs.). *Organização do Ensino no Brasil*: níveis e modalidades. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, R. P.: O direito à educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Orgs.). *Gestão, financiamento e Direito à Educação* - análise da LDB e da Constituição Federal. 3. Ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, R. P. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Orgs.). *Gestão, financiamento e Direito à Educação* - análise da LDB e da Constituição Federal. 3. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007.

PEREIRA, E. W. & TEIXEIRA. Reexaminando a educação básica na LDB: o que permanece e o que muda. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

PINO, I. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). *LDB Dez anos depois*: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, J. M. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). *Organização do Ensino no Brasil:* níveis e modalidades. 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2007.

PRETI, O. (Org.) Educação à Distância: inícios, indícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 1996.

SEVERINO, A J. Os embates de cidadania: ensaios de uma abordagem filosófica da nova LDB. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). *LDB Dez anos depois*; reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

SHIROMA, E. O. et al. Reformas de ensino, modernização administrada. In: Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUSA, S. Z. L.; PRIETO, R. G. Educação Especial. Ín: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). *Organização do Ensino no Brasil*: níveis e modalidades. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.

TUPY, M. I. N. Educação Profissional. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T.(orgs.). *Organização do Ensino no Brasil*: níveis e modalidades. 2ª. Ed. São Paulo: Xamã, 2007.

Legislação Básica:

- · Constituição Federal atualizada. Artigos que tratam da educação
- · Constituição Estadual do Acre. Artigos que tratam da educação
- Lei nº 9.131/95. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Educação.
- Lei nº 9.394/96. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- · Lei nº 10.172/01. Plano Nacional de Educação.
- · Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020 e Emendas apresentadas.
- · Lei nº 11.494/07. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB.
- · Lei n° 11.738/08. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		S
			T	P	Е
CFCH299	Teoria da História V	60 h	4	0	0

EMENTA:

Estudo teórico-metodológico sobre as correntes historiográficas do século XIX e XX. Ênfase ao estudo e compreensão do Materialismo Histórico e Dialético, História Social de Tradição Marxista Inglesa, Escola de Frankfurt, os revisionismos e a crítica ao racionalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. – (obras escolhidas; v. 1)BOTTOMORE, Tom, Dicionário do Pensamento Marxista, São Paulo, Jorge Zahar Editora, 1988.

BOURDÉ, Guy; MARTAN, Hervé. As escolas históricas. Portugal: Publicações Europa-América, 2003

LÖWY, Michael, As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. rev. – São Paulo – Cortez, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREDERICO, Celso. O jovem Marx – as origens da ontologia do ser social, Cortez, Editora, SP, 1995.LÖWY, Michael, A teoria da revolução no jovem Marx, RJ: Vozes, 2002.

LÖWY, Michael, Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista, 15ª edição – São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael, Walter Benjamin: aviso de incêndio; uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". – São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl, O dezoito brumário de Louis Bonaparte. 2ª edição, São Paulo, Centauro Editora, 2000.

MARX, Karl, A ideologia Alemã. São Paulo, Martins Fonte, 1998. – (Clássicos).

MENDEL, Ernest. O lugar do marxismo na história. 2ª ed. – São Paulo: Xamã, 2001.

MATOS, Olgária C. F. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna. 1993. (Coleção Logos)

NAVES, Márcio Bilharinho. Marx: ciência e revolução, São Paulo, Editora Moderna Campinas, SP: Editora

da Universidade de Campinas, 2000.

NIETZCHE, Friedrich. Ensaios sobre história. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

REIS, Carlos José. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WIGGERSHAUS, Rolf A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difel: 2002.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CFCH129	História Medieval	60 h	4	0	0

EMENTA:

Introdução da discussão acerca das especificidades (processos históricos, documentação, problemáticas e temáticas historiográficas) do período tradicionalmente denominado de Alta Idade Média (séculos IV-IX); abordagem das relações (contatos, evoluções e tendências estruturais) entre Ocidente e Oriente; tematização e problematização de processos específicos da história européia durante a Idade Média Central e Baixa Idade Média (séculos X-XV), enfatizando a dinâmica e a superação da ordem feudal. Análise da diversidade das formações econômicas e sociais do feudalismo, as expressões de sua expansão e contradições, bem como as manifestações de sua crise.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. São Paulo: Edições 70,

DUBY, Georges. A Europa na Idade Média. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1988.

. O tempo das catedrais: a arte e a sociedade 980-1420. Lisboa: Estampa, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. 2ª ed. lo-SP: Editora Brasiliense. 1989.

FRANCO JR, Hilário. A Idade Media: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LE GOFF, Jacques. O Ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1980.

. Por amor às cidades. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

ECO, Humberto. O nome da Rosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

FOURQUIN, Gruy. História Econômica do Ocidente Medieval. São Paulo: Edições 70, 1981.

. O Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GINZBURG, Carlos. O queijo e os vermes. São Paulo-SP: Cia das Letras, 1987.

HUIZINGA, Johan. O declínio da Idade Média. São Paulo: Verbo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. 3ª ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 1993.

MICELI, Paulo. O feudalismo. Coleção Discutindo a História. 14ª ed. São Paulo-SP: Atual, 1994.

PERNOUD, Régine. O mito da Idade Média. Lisboa, Europa-América, 1978.

ROUSSET, Paul. História das Cruzadas. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SILVA, Francisco C. T. Sociedade Feudal. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA	CRÉDITO		O.
		HORÁRIA	S		
			T	P	Е
CELA 178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional	60 h	4	0	0

EMENTA:

A construção da identidade profissional: relações de gênero, classe e as representações sócio-culturais da profissão. Profissionalização, choque de realidade e socialização profissional. O magistério como carreira: acesso, progressão e organização sindical. Absenteísmo e mal-estar docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CATANI, D. B. Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

ESTEVE, J. M. O mal está docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Trad. Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

HYPOLITO, Á. L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas, SP: Papirus, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAMON, M. *Trajetória de Feminização do Magistério*: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica FCH-FUMEC, 2005 CODO, W. (Coord.). *Educação*: carinho e trabalho. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

COSTA, M. V. Trabalho Docente e Profissionalismo. Porto Alegre: Sulina, 1995.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org) 500 anos de educação no Brasil. 2. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

NÓVOA, A. *Do mestre escola ao professor do Ensino Primário*: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (Séculos XVI - XX). Lisboa: Ed. ISEF – Centro de Documentação e Informação Cruz Quebrada, 1996.

PEIXOTO, A. C. e PASSOS. M. (Orgs.). A escola e seus atores - educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VEIGA, I. P. A. e D'AVILA, C. M. (Orgs.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	OS	
			T	P	Е
CFCH267	História da Educação Brasileira	75 h	3	1	0

EMENTA:

Abordagem geral da história da educação brasileira, do século XIX até meados do século XX com ênfase nos estudos e pesquisas que investigam a educação brasileira e o processo de institucionalização da escola pública no Brasil. Privilegia-se o trabalho com fontes e perspectivas metodológicas para a pesquisa em História da Educação por meio de oficina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Marta M. C. A escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FREITAS, Marcos Cezar de, org. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: contexto, 1998.

CHERVEL, André (1990) *História das disciplinas escolares*: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, nº 2 p. 177-229.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Fernando de (1996). *A cultura brasileira*. 6ª Ed. Rio de Janeiro/Brasília: Editora UFRJ/Editora da UnB.

BOMENY, Helena M. B. (1999). *Três decretos e um ministério*: a propósito da educação no Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce Chaves, org. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV.

CAPELATO, Maria Helena (1998). *Imprensa e História do Brasil*: imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento, o papel do jornal na história. Contexto/EDUSP, São Paulo, 1994.

GOMES, Angela Maria de Castro. (1994). *Notas sobre uma Experiência de Trabalho com fontes*: arquivos privados e jornais. Revista brasileira de história . São Paulo, ANPUH, v. 1, nº 2, p. 259-283, set. 1981.

NAGLE, J. *Educação na primeira Republica*. In: FAUSTO, Boris. (org) Historia Geral da Civilização brasileira, tomo III, 2º Vol. 3. São Paulo: difel, 1993.

RICOEUR, Paul. (2007) A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICEE, José Luís (ORGS) *História e História da educação*: o debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDDBR, 1998- Coleção História da Educação Contemporânea.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1984.

SOUZA, R. F. de ET AL. O legado educacional do século XIX. Araraquara: UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves e SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. *A memória e a sombra*: a escola brasileira entre o Império e a Republica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ALBERTI, Verena. (2006) *Histórias dentro da História In*: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, p.155-202.

BASTOS, Maria Helena C. e FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs). *Escola elementar no século XIX*. O método monitorial mútuo. Passo Fundo-RS: EDIUPF, 1999.

BOMENY, Helena (org). constelação Capanema: *Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de. "Coisas Velhas" um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CAPELATO, Maria Helena (1989). *Os Arautos do Liberalismo*: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo, brasiliense.

CARVALHO, Laerte Ramos de. (coord.) *Introdução ao Estudo da História da Educação Brasileira*. Encontro Nacional de Estudos Brasileiros, I Seminário de Estudos Brasileiros. São Paulo, 13 a 25 de setembro de 1971, Instituto de Estudos Brasileiros – USP/SP.

CARVALHO. M. M. C. Por uma historia cultural dos saberes pedagógicos. In SOUZA, C. P.& CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representantes. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de (1994). *Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia* (1931-1935). Cadernos aNPED. São Paulo. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 7.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spinola. (ET. AL.) *Folhas do tempo*: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926. UFMG, Associação Mineira e Imprensa; Prefeitura Municipal de belo

horizonte, BH, 1997.

CATANI, Denice Barbara & BASTOS, Maria Helena Camara, orgs (1997). *Educação em revista*: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras.

CATANI, Denice Barbara. Docencia, Memória e gênero: Estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

CATANI, Denice Barbara. Vida e Oficio dos Professores. São Paulo: escrituras Editora, 1998.

Dicionário de educadores do Brasil. Da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: MEC: INEP.

GANDINI, Raquel P. C. (1995). *Intelectuais, Estados e educação*: a RBEP de 1944 a 1952. Campinas (SP): Editora da Unicamp.

HORTA, José Silvério Baía (1998) O hino, o sermão e a ordem do dia. Rio de Janeiro: Ed.da UFRJ.

HORTA, José Silvério Baía (2000). *A I Conferencia Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores*. In GOMES, Ângela de Castro, org. Capanema: oministro e seu ministério. Rio de janeiro: Ed. FGV/USF.

JULIA, Dominique. (2001) *A cultura escolar como Objeto Histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, nº 1, jan/jun. 2001, p.9-43.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. (ET. AL.). 500 anos de educação no Brasil. BH: Autentica, 2002. 2ª Ed.

LORENZO, Helena carvalho de & COSTA, Wilma Peres de (1997). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp.

MICELI, Sergio (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1920-1945. São Paulo: Difel.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1987). A educação nas mensagens presidenciais: 1890-1986. Vol. I. Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MIRANDA, Sonia Regina. (2007) *Sob o signo da memória*: Cultura Escolar, Saberes Docentes e Historia Ensinada. São Paulo: Editora UNESP; Juiz de Fora: EDUFJF.

NEVES, Rogério Xavier e MARTINS, Maria do Carmo. (2008) *Fontes de Pesquisas escolares e a formação da memória educaciona*l. In: Memórias e Histórias da escola. Campinas: SP: Mercado de Letras, p. 35-50.

NUNES, Clarice e CARVALHO, M. M. Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. Caxambu-MG, Anped, 1992.

PECAUT, Daniel (1990). Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Atica.

PONTES, Heloísa (1989). Retratos do Brasil; editores, editoras e "Coleções Brasiliana" nas décadas de 30, 40 e 50. In MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Vértice? Editora Revista dos Tribunais/IDESP, p. 359-408.

RATTO, Ana Lúcia Silva. (2007) livros de ocorrência: (In) Disciplina , Normalização e subjetivação. São Paulo: Cortez.

Thompson, Paul. A voz do passado: história oral. (1992) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIDAL, Diana Gonçalves. (2005) *Cultura e Prática escolares*: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Rosa de Fátima de Souza; Vera Teresa Valdemarin (org) Campinas, SP: Autores Associados, p.3-30.

VIDAL, Diana. *No interior da sala de aula*: ensaio sobre cultura e prática escolares. Disponível em HTTP://www.curriculosemfronteiras.org/art v9 n1.htm

WARDE, Mirian (org). temas de História da Educação. Contemporaneidade e educação: revista semestral de ciências sociasi e educação. IEC, ano V, nº 06- 1º semestre, Rio de janeiro 2000.

3° Semestre:

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉI	S	
			T	P	Е
CFCH282	História Moderna	60 h	2	1	0

EMENTA:

O período compreendido por esta disciplina vai do século XVI a início do XIX, centrando seu conteúdo em temáticas cruciais para o entendimento da Europa Ocidental neste período, objetivando a análise da gradativa subordinação do mundo rural à ordem urbana; sentidos mercantis da expansão marítima e política dos Estados absolutistas, no interior da "acumulação primitiva" do capital; lógica do pensamento humanista do Renascimento; Reformas Protestantes; As revoluções Inglesas e Francesas, assim como a Revolução Industrial; Análise da emergência da racionalidade iluminista e o início do conservadorismo com o primeiro período napoleônico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HOBSBAWM, E. J. *DA Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. Tradução de Ely Bloem de Melo Pati. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1989.

______. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Tradução de Carlos Eduardo Castro Leal; prefácio de Francisco José Calazans Falcon. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HAZARD, Paul. O pensamento europeu no século XVIII. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

HILL, Chistopher. A Revolução Inglesa de 1640. 3. ed. Lisboa: Presença, 1985.

_____. *O mundo de Ponta-Cabeça – idéias redicais durante a Revolução Inglesa de 1640.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

. O eleito de Deus – Oliver Cromwell e a revolução inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HUIZINGA, Johan. O declínio da Idade Média. São Paulo: Verbo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. . O outono da idade média. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlos. O queijo e os vermes. São Paulo-SP: Cia das Letras, 1987.

MICHELET, Jules. História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha a festa da federação; tradução de

Maria Lucia Machado; consultoria e introdução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989. p. 153-168.

MOTA, Carlos Guilherme. A Revolução francesa: 1789-1799. São Paulo: Ática, 1989.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CR	O	
			S		
			T	P	Е
CFCH283	História do Brasil	60 h	2	1	0

EMENTA:

A formação do Estado Nacional português. A construção do Império Colonial. A presença portuguesa na terra "brasileira", focalizando as relações sociais de produção entre os séculos XVI e XVII na colônia. O trabalho compulsório dos nativos e a escravidão negra. Reflexões sobre a crise do sistema colonial e as suas várias manifestações no século XVIII e inícios do XIX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO. Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DORATIOTO. Francisco. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão:* uma história de São Paulo das origens a 1900. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

INSTITUTO CAMÕES. Formação de Portugal. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/fomrportugal.pdf. Acesso em: 11 set. 2008.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial (Volumes I, II E III). Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). O Brasil monárquico (coleção). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

NOVAIS, Fernando (coord.) & ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História na vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-dumará, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822 – Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986.

WILCKEN, Patrick. Império à deriva: a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	Е
CFCH286	História da América	60 h	2	1	0

EMENTA:

Teorias sobre as origens do homem americano; Análise da diversidade étnica, riqueza cultural e diferentes formas de organização social dos povos indígenas que habitavam as Américas antes da colonização européia; Caracterização das particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais dos processos de ocupações e de organização colonial desenvolvido pelos europeus no continente americano e no Caribe; destacar as relações de dominações e de resistências constituídas entre índios, brancos e mestiços que marcaram a vida dos séculos XVII e XVII; apontar para os processos de revoltas e insurreições que marcaram o final do século XVIII.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BETHELL, Leslie, org., América Latina Colonial. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

CHAUNNU, Pierre. Conquista e exploração dos novos mundos (séc. XVI). São Paulo: Edusp, 1982.

FERREIRA, Jorge Luiz. Conquista e Colonização da América Espanhola. São Paulo: Ática, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion da S. O trabalho na América Colonial. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Jorge Luis. Incas e Astecas. São Paulo: Ática, 1992.

GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O'GORMAN, Edmundo. A Invenção da América, São Paulo: Edunesp, 1992.

MANN, Charles. 1491: novas revelações das Américas antes de Colombo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

CHOMSKY, Noam. Ano 501: a conquista continua. São Paulo: Scritta, 1993.

SOUSTELLE, Jacques. Os Astecas nas Vésperas da Conquista Espanhola, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	Е
CFCH525	História da Amazônia	60 h	2	1	0

EMENTA:

Discussão sobre a "invenção" da Amazônia: a idéia do "paraíso terrestre" e o discurso fundador; relatos de viajantes dos séculos XVI ao XIX; o mito do Eldorado; os deslocamentos populacionais e a questão indígena; discussões em torno da ocupação ou ocupações do(s) espaço(s) amazônico(s).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil (1865-1866). Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia, um pouco antes e além depois. Coleção Amazoniana. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

CUNHA, Euclides. Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 2000b.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANIEL, Padre João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas. Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto,

2004.

DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio. (org). Senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia. Tese de doutorado/IFCH -Unicamp. Campinas, 1999.

HEMMING, John. Fronteira amazônica: a derrota dos Índios brasileiros. Tradução de Antônio de Pádua Danese. São Paulo: Edusp. 2009.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15, 1999.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953

UGARTE, Auxiliomar Silva. Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI/XVII. Manaus: Valer, 2009.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CELA969	Investigação e Prática Pedagógica	75 h	1	2	0

EMENTA:

Fundamentos da pesquisa educacional: características e especificidades da "Escola" como objeto de investigação. Atividades de cunho investigativo centrada na observação, descrição, análise e reflexão do cotidiano da escola e da sala de aula ante ao reconhecimento da complexidade que envolve a organização do trabalho pedagógico escolar. As diferentes dimensões constitutivas do trabalho pedagógico: as rotinas, as dinâmicas e lógicas ordenadoras das atividades administrativas e pedagógicas na escola; a estrutura administrativa e organizacional de um estabelecimento escolar; a construção e a gestão do projeto político-pedagógico; o currículo como ordenador da organização do processo de ensino e das situações de aprendizagem; práticas pedagógicas e trabalho docente; a avaliação institucional e os indicadores de desenvolvimento e desempenho da educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, J. (org.). O estudo da escola. Porto: Porto Editora, 1996.

FORQUIN, J.C. Escola e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIMENO SACRISTAN, J. Currículo e diversidade cultural. In: Silva, Tomaz T.; MOREIRA, Na. F. (org.). *Territórios contestados*: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIBÂNEO, J. C. Organizações e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. *Educação Escolar*: políticas, estrutura e organização / José Carlos Libôneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 7 ed. São Paulo: Cortez 2009. (Coleção Docência em formação/Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

LUCK, H. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

NÓVOA, A. (Coord.) *As organizações em análise*. Lisboa, Dom Quixote, 1995.

ROMÃO, J. E.; PADILHA, P. R. Diretores escolar e gestão democrática da escola. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org). *Autonomia da Escola*: Princípios e proposições. São Paulo: Cortez, 1997.MACEDO, B. *A construção do Projeto Educativo de Escola*. Processo de Definição Lógica de Funcionamento da Escola. Lisboa: Instituto de Inovação Educativa, 1995.

TAVARES. J. A formação como construção do conhecimento cientifico e pedagógico. In: SÁ-CHAVES, I. *Percursos de formação e Desenvolvimento Profissional*. Porto: Porto Editora (Coleção CIDINE), 1997. TAVARES, J. & ALARCÃO, I. Paradigmas de formação e investigação no ensino superior no terceiro milênio. In: Alarcão, I. (org.). *Escola Reflexiva e Nova Racionalidade*. Porto Alegre: ART – MED, 2001.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	Е
CELA970	Psicologia da Educação	60 h	4	0	0

EMENTA:

Concepções psicológicas subjacentes às teorias de desenvolvimento e aprendizagem com ênfase na adolescência. Processos psicológicos que ocorrem na relação ensino e aprendizagem e sua interação na prática pedagógica. As práticas educacionais escolares, familiares e sociais, como promotoras dos processos de desenvolvimento psicológico e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COUTINHO, M. T. da C. e MOREIRA, M. *Psicologia da educação*: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação: ênfase na abordagem construtivista. Belo Horizonte, Editora Lê, 1992.

DEL VAL, J. *Aprender na vida e aprender na escola*. Trad. Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FREIRE, I. R. Raízes da Psicologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, M. T. de A. *Vygotsky e Bakhtin* – Psicologia e educação: um intertexto. 2a Ed. Juiz de Fora- MG. Editoras: ABDR Editora Afiliada, Ática e EDUFJF,1995.

GARNIER, C. et al (Orgs.). *Após Vygotsky e Piaget*: perspectiva social e construtivista. Escola Russa e ocidental. Trad. Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KAMII, C. *Aritmética:* novas perspectivas; implicações na teoria de Piaget. Trad. Marcelo Cestari T. Lellis, Maria Rabioglio, Jorge José de Oliveira. Campinas, SP: Papirus, 1993.

KAMII, C. DECLARK, G. *Reinventando a aritmética*: implicações da teoria de Piaget. Trad. Elenisa Curto Campinas, SP: Papirus, 1998.

LAJONQUIERE, L. *De Piaget a Freud:* para repensar as aprendizagens. A (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

LURIA, L., VIGOTSKY et. al. *Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Trad. Rubens Eduardo Frias. SP: Editora Moraes, 1991.

RAPPAPORT, C. R. et al. *Psicologia do desenvolvimento*. Teorias do desenvolvimento: conceitos fundamentais. São Paulo, SP: EPU: 1981.

4º Semestre:

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	Е
CFCH272	História da América V	60 h	2	1	0

EMENTA:

Analisar a decomposição do sistema colonial, a consolidação do Estado, as lutas sociais, o caudilhismo e as independências das regiões da América Colonial no século XIX; A historicidade dos fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais dos Estados Unidos da América: a consolidação do poder, gênese e disseminação do *modus vivendi* e da ideologia do "make self man" nos EUA; identificação dos símbolos, ícones, imagens e personagens do multiculturalismo e da indústria cultural; Os movimentos sociais a partir da Revolução Mexicana; imagens, personagens e interpretações possíveis a partir da historiografía e dos registros que captam a diversidade e a unidade latino-americana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BANDEIRA, Monis. <u>Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de História).</u> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LEUCHTENBURG, W. (Org.) O século inacabado. Vol (1 e 2). São Paulo: Editora Zahar, 1987.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza dos E.U.A.: (nós, o povo). 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 324 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLOTTO, Manoel Lelo & Corrêa, Ana Maria Martinez. A América Latina de Colonização Espanhola, São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979.

BETHELL, Leslie, org. História da América Latina: da independência até 1870. São Paulo: Edusp, 2003.

BROWN, DEE. Enterrem meu coração na curva do rio. Porto Alegre: L&PM, 2003.

DORATIOTO, Francisco, Espaços nacionais na América Latina, São Paulo: brasiliense, 1997.

FONER, Eric. Nada além da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 30. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KARNAL, Leandro, Estados Unidos, Da Colônia à Independência. São Paulo, Editora Contexto, 1992.

KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luis Estevam; MORAIS, Marcus V. de História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTI, José. Nossa América. São Paulo: Hucitec, 1991.

NARO, Nancy Priscila. A Formação dos Estados Unidos. São Paulo: Atual, 1994.

POMER, Leon. As Independências na América Latina. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, [s.d.]

PRADO, Maria Ligia Coelho. A Formação das Nações Latino-Americanas. 3 ed. São Paulo: Atual, 1987.

MORSE, Richard M. O espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RAYNAL, Guillaume Thomas François (ABADE RAYNAL). A revolução da América. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

NEVINS, Allan & COMMANGER, Henry Steele. História dos EUA. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1967.

HERNADEZ, J. Martin Fierro. Porto Alegre: L&PM, 1991.

BELLOTTO, Manoel Lelo. Bolívar. São Paulo: Editora Ática. 1983.

LOPEZ, Luis Roberto, História da América Latina, 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

FOHLEN, Claude. América anglo-saxônica de 1815 à atualidade. São Paulo: Edusp, 1981.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			Т	P	Е
CFCH273	História do Brasil V	60 h	2	1	0

EMENTA:

Os significados de 1822. Formação do Estado Nacional brasileiro. Período Regencial e as revoltas separatistas da primeira metade do século XIX. O Segundo Reinado: política externa, sociedade e cultura. Abolição e trabalho livre. Economia cafeeira, urbanização e industrialização. A Proclamação da República. As rupturas e permanências culturais nas primeiras décadas do século XX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO. Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DORATIOTO. Francisco. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial (Volumes I, II E III). Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). O Brasil monárquico (coleção). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

NOVAIS, Fernando (coord.) & ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História na vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822 – Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986.

WILCKEN, Patrick. Império à deriva: a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CFCH110	História da Amazônia II	60 h	4	0	0

EMENTA:

As lutas pela autonomia na região amazônica: Amazonas, Pará, Acre; a "modernidade na selva"; a questão da terra: uso, propriedade, posse, conflitos; novas formas/propostas de desenvolvimento; as lutas e diferentes formas de organização social dos trabalhadores; os modelos/projetos de desenvolvimento e a questão da biodiversidade e sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEONARDI, Victor Paes de Barros. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. BECHIMOL, Samuel. Amazônia: Um pouco antes e além depois. Manaus: Editora Umberto Calderaro. 1977. SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. Trabalho e Capital na Amazônia Ocidental. São Paulo: Cortez Editora; Rio

Branco (Acre): EDUFAC. 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOTELHO, Dayse Enne, org. Canoa do tempo: revista do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. V. 1. Amazonas. Universidade Federal do Amazonas. 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (seringal) à territorialidade seringueira (reserva extrativista). Brasília: IBAMA, 2003.

Brasília: Paralelo 15, 1999.

IANNI, Octávio. A Luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920. São

Paulo, Hucitec/Edusp, 1993.

TOCANTINS, Leandro: Amazônia:natureza, homem e tempo. 2.ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Ed. Civilização Brasileira, 1982.

RÊGO, José Fernandes do. Estado e Políticas públicas: a reocupação da Amazônia durante o regime militar, São Luís EDUFMA, Rio Branco UFAC, 2002.

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz. 1980.

BOUZAS, Benigno Cortizo. Del Amazonas al infinito. Recife: Diário da Manhã, 1950.

CUNHA, Euclides. Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 2000b.

______, Euclides. A margem da história. Belém: NEAD/Unama. Disponível em www.dominiopublico.gov.br, acessado em 20/05/2008.

______, CUNHA. Contrastes e confrontos. Belém: NEAD/Unama, p. 38. Disponível em www.dominiopublico.gov.br, acessado em 20/05/2008.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CR	CRÉDITO	
			S		
			T	P	Е
CFCH302	Teoria da História VI	60 h	4	0	0

EMENTA:

Estudo da Microhistoria de inspiração italiana e suas vertentes, da Escola dos Annales e suas gerações, a História Cultural, o Estruturalismo, os pós-modernos e o dialogo da história com as demais ciências sociais contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, José D' Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (vol. III)

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. 6ª Ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1990.

BURKE, Peter (org). A Escrita da História, São Paulo – SP: UNESP, 1992.

BURKE, Peter (org). A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929 - 1989, São Paulo – SP: UNESP, 1991.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos "Annales" à "nova História", São Paulo: Ensaio: Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

GARDINER, Patrick. Teorias da História. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, Lisboa Portugal. 1995.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. A microhistória e outros ensaios. Trad. Antonio Nárino Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

LE GOFF, Jacques. A história nova, 4ª edição, São Paulo, Editora: Martins Fontes. 1998. (coleção: o homem e a história).

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. Microhistoria: escalas, indícios e singularidades. Niterói: s/n, 1999. Tese de doutorado.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales – a inovação em história. São Paulo: Paz e terra: 2000.

REIS, José Carlos. História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2003.

ROSENTAL, Paul-Andre. Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microhistoria'. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de Escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

SILVA, Rogério Forastieri da. História da historiografía: capítulos para uma história das histórias da historiografía, Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001 – (coleção História)

TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: UNESP, 2012.

CHARTIER, Roger. História hoje: Duvidas, desafíos e propostas. *Revista Estudos Históricos*, vol 7, n. 13, Rio de Janeiro. 1994.

DARTON, Robert. História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do cotidiano. *Revista Vária História*, vol. 21, n. 34, Belo Horizonte, 2005.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. São Paulo: LTC, 1999.

GIDDENS, Anthony (Org). Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, 2002.

LEGOFF, Jacques. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. São Paulo: Zahar, 2010.

Portal Persee, especialmente a Revista Annales: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/revue/ahess

REIS, Carlos José. Nouvelle histoire e o tempo histórico: a contribuição de Fevbre, Bloch e Braudel. 2ª edição. – São Paulo: Annablume, 2008.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	Е
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60 h	4	0	0

EMENTA:

A produção teórica sobre currículo e gestão escolar no Brasil. Políticas e práticas de currículo e de gestão. O currículo como organização geral da escola. Os níveis formais e reais de realização curricular. As orientações curriculares do ensino Fundamental e Médio. A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. Identidade, diversidade e diferença no currículo e na gestão da escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola*: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada - Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. (org) *Educação Escolar*: políticas, estrutura e organização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, L. C. *A escola como organização educativa*: uma abordagem sociológica. 33ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACRE. *Lei 1.201/96*. Institucionaliza a gestão Democrática nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino. Rio Branco, 1996.

ACRE. *Lei 1.513/03*. Dispõe sobre a gestão democrática do sistema público do Estado do Acre e dá outras providencias. Rio Branco, 2003.

ACRE. *Instrução Normativa Nº 004/2004*. Estabelece diretrizes administrativo pedagógicas no âmbito das escolas da rede estadual de ensino. Rio Branco, 2004.

APPLE, M. W. Ideologia e Currículo. Trad. Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, M. W. Educação e Poder. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 1989.

FERREIRA, N. S. C. (org) *Políticas públicas e gestão da educação*: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso*: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

LIMA, L. C. *Organização Escolar e Democracia Radical*: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

LÜCK, H. Gestão Educacional: uma questão paradigmática. 4.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LÜCK, H. *Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional*. 5. .ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. MOREIRA, A. F. B. *Currículos e Programas no Brasil*. 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

OLIVEIRA, D. A. e ROSAR, M. de F. F. (Orgs.). *Política e Gestão da Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAVIANI, D. *PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação*: Análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade*: uma introdução às Teorias de Currículo. Belo Horizonte: Autêntica. TORRES, C. A. (org) *Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação*. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉI	S	
			T	P	Е
CELA971	Didática	75 h	3	1	0

EMENTA:

Didática: fundamentos históricos e epistemológicos. Didática e interdisciplinaridade: as interações entre Didática, Currículo e as Ciências com implicações na Educação. Fundamentação teórico-metodológica das práticas pedagógicas. Organização intencional e sistemática do ensino: processo de planejamento e planificação do ensino no contexto da escola (planos escolares e planos de ensino): finalidades e componentes constitutivos (objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, recursos didáticos e avaliação da aprendizagem).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FELDMAN, D. Ajudar a ensinar: relações entre didática e ensino. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento*: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

OLIVEIRA, M. R. (org) *Confluências e divergências entre didática e currículo*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAZENDA, I. (org) Didática e interdisciplinaridade. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. Planejamento na sala de aula. 3. ed. Porto Alegre: 1995.

GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GUIRALDELLI JÚNIOR, P. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARTINS, J. S. *O trabalho com projetos de pesquisa*: do ensino fundamental ao ensino médio. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

VEIGA, I. P. A. (org) *Didática*: o ensino e suas relações. Campinas, Papirus, 1996.

. (org) *Técnicas de ensino*: novos tempos, novas configurações. Campinas, SP: Papirus, 2006.

. Técnicas de ensino: Porque não? 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MEDEL, C. R. M. A. *Projeto político-pedagógico*: construção e implementação na escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

MORALES, P. Avaliação escolar: o que é, como se faz. Trad. Nicolás Nyimi Campário. São Paulo: Loyola, 2003.

RIOS, T. A. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TARDIF, M. Saberes docentes & formação profissional. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOSI, M. R. Didática Geral: um olhar para o futuro. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

5° Semestre:

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	OS	
			T	P	Е
CFCH276	História do Brasil VI	60 h	2	1	0

EMENTA:

A Revolução de 1930 e a redefinição do Estado brasileiro na Era Vargas. Populismo e Desenvolvimentismo. O golpe militar de 1964: o sistema autoritário. A conjuntura de 1968 e a luta armada no Brasil. O milagre brasileiro e a redemocratização. O Brasil no contexto da nova ordem mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados da República: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARONE, Edgar. A Primeira República (evolução). Volume II. São Paulo: Difel, 1971.

FAUSTO, Boris. (org.). O Brasil republicano: Sociedades e Instituições (1899-1930). 03ª edição, volume II, tomo III. São Paulo: DIFEL, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os subversivos da República. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Álvaro Pereira do. Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: Mauad/Faperi, 2008.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle èpoque* tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

PENNA, Lincoln de Abreu. O progresso da ordem: florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Os radicais da República: jacobinismo – ideologia e ação. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARCZ, Lilía Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

NEEDELL, Jeffrey. Belle èpoque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. das Letras. 1993.

PENNA, Lincoln de Abreu. O progresso da ordem: florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Os radicais da República: jacobinismo – ideologia e ação. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CFCH279	História da América VI	60 h	2	1	0

EMENTA:

O século XX e as revoluções: Cuba e Nicarágua; Guerrilhas: El Salvador, Peru e Colômbia; Políticas de intervenções dos Estados Unidos da América direcionadas à América Latina, reflexão sobre os problemas contemporâneos da América Latina; a questão da globalização e os blocos econômicos regionais; as relações e os "projetos de integração" e relacionamento intercultural na fronteira trinacional Brasil-Peru-Bolívia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALIMONDA, Héctor. A Revolução Mexicana. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

BANDEIRA, Monis. <u>Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de História)</u>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SANTOS, J. Vicente T. Org. Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMAYO, Enrique, et. al. Sendero Luminoso. São Paulo: Vértice, 1988.

AMIN, Samir. Imperialismo e desenvolvimento desigual. São Paulo: Vértice, 1987.

ASSMANN, Hugo. et. al. A trilateral, nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOND, Rosana. Sendero Luminoso: fogo nos Andes. Goiânia: Ruptura, 1991.

. Peru: do império dos Incas ao império da cocaína. Rio de Janeiro: Coedita e Terra Editorial, 2004.

CASANOVA, Pablo G. <u>História contemporânea da América Latina: imperialismo – libertação.</u> São Paulo: Vértice, 1987.

BERARDO, João Batista. <u>Guerrilha e Guerrilheiros: no Drama da América Latina</u>. São Paulo: Edições Populares, 1981.

CASTRO, Fidel. A História me absolverá. São Paulo: Brasiliense, 1985

. Fidel e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985

. A crise econômica e social do mundo. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

CHERESKY, Isidoro & CHONCHOL, Jacques. <u>Crise e transformação dos regimes autoritários</u>. São Paulo: Ícone, 1986.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. A Revolução Mexicana (1910-1917). São Paulo: Brasiliense: 1983.

GRANDIN, Greg. A revolução Gualtemalteca. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

HYLTON, Forrest. A revolução colombiana. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

MARINGONI, Gilberto. A revolução venezuelana. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

PÉCAULT, Daniel. As FARC – Uma guerrilha sem fins?. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PLASTINO, Carlos Alberto & BOUZAS, Roberto. <u>A América Latina e a crise internacional</u>. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO, Maria Lígia. O populismo na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RÉNIQUE, José Luis. A revolução peruana. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

ROUQUIÉ, Alain. O Estado Militar na América Latina. São Paulo: 1984.

CHOMSKY, Noam. Ano 501: a conquista continua. São Paulo: Scritta, 1993.

. O que o Tio Sam realmente quer. Brasília: Editora da UNB, 1992.

. A minoria próspera e a multidão inquieta. Brasília: Ed. da UNB, 1993.

GOLSETESN, Hélio e BARROS, Omar. <u>El Salvador: um Fuzil para Ana Guadalupe</u>. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HERTOGHE, Alain e LABROUSSE, Alain. <u>Sendero Luminoso: Peru uma reportagem</u>. São Paulo: Brasiliense, 1990.

IANNI, Octávio. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

. O labirinto Latino Americano. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

LEMOS, Maria Teresa T. B. et. al. <u>América Latina e Caribe: desafíos de século XXI</u>. Rio de Janeiro: Proealc, 1995.

MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

. Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Contexto, 1990.

NEGRI, A & COCCO, Giuseppe. Glob(AL): biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NUNES, Américo. As Revoluções do México. São Paulo: Editora Perspectivas S.A., 1980.

O'DONNEL, Guillermo et. al. Transições do regime autoritário. São Paulo: 1988.

PIETERSE, Jan Nederveen. O fim do império americano? Os Estados Unidos depois da crise. São Paulo: Geração Editora, 2009.

SADER, Emir. Chile (1818-1990) da independência à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1991.

. Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SCHAMA, Simon. O futuro da América: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHILING, Voltaire. EUA X América Latina: as etapas da dominação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SORJ, Bernardo & MATURCCELLI, Danilo. O desafío latino-Americano: coesão social e democracia. Rio de Janeiro, 2008.

SADER, Emir. A revolução cubana. São Paulo: Moderna, 1986.

SUE-MONTEGOMERI, Tommie & WADE, Christine. A revolução salvadorenha. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

SUNKEL, Osvaldo. A crise da América Latina: dívida externa e empobrecimento. Porto alegre: L & PM, 1986.

WINN, Peter. A revolução chilena. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

ZIMMERMANN, Matilde. A revolução nicaraguense. São Paulo: Editora da UNESO, 2006.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CFCH317	História Indígena do Acre	60 h	2	1	0

EMENTA:

Estuda a trajetória histórica dos povos indígenas do Acre, suas diferentes formações sociais, culturais e políticas bem como a relação estabelecida com outras sociedades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de, SOUZA, José Dourado de. *Acre: uma história em construção*. Rio Branco, FDRHCD, 1985.

COMISSÃO, Pró-Índio do Acre. Shenipabu Miyui: História dos antigos.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979.

RANCY, Cleusa Maria Damo. Raízes do Acre: 1870 – 1912. Rio Branco: M.M. PAIM, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Secretaria de Estado de Educação. Parâmetros curriculares para a educação indígena. Rio Branco: SEE, 2008.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CELA 059	Fundamentos da Educação Especial	60 h	4	0	0

EMENTA:

Caracterização, conceito e objetivos. Aspectos filosóficos, princípios norteadores e modalidades de atendimento. Abordagens didáticas para portadores de necessidades especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Jília Romero. A exclusão da diferença: educação do portador de deficiência. 2° ed. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985. MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez,1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Elisabeth Oliveira Crepaldi. Leitura e Surdez: Um Estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro, Editora Revinter LTDA, 2000.

AMARAL, Lígia Assunção. Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe, 1995.

CARVALHO, Rosita Edler. A Nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CICCONE, Marta. Comunicação Total: Introdução, estratégias e pessoa surda. 2° ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Cadernos Série de Diretrizes do MEC/SEESP, 1995.

BRASIL, Ministério da Justiça. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.: Acesso e Qualidade(1994 - Salamanca). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais. 2° ed. Brasília: Corde, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.Livro 1. Brasília: a secretaria, 1994.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo: Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter LTDA, 2000.

PESSOTTI, Isaias. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: T.A Queiróz, 1964.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação de surdos no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 1999.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	S	
			T	P	Е
CFCH 318	Ensino de História	60 h	2	1	0

EMENTA:

Estuda os pressupostos teóricos-metodológicos que orientam o debate sobre o ensino de história, destacando os seguintes aspectos: as concepções de mundo presentes na produção historiográficas; PCN's; as novas linguagens e abordagens no ensino de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico. Ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

. Ensino de História. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez. 2004.

GADOTTI, Moacir. Educação e poder. Introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987.

HORN, Geraldo Balduini; GERMINARI, Geyso Dongley. O ensino de História e seu currículo: teoria e método. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

LUFTI, Eulina et al. Projeto Educação Ambiental: de cidade e noites, língua materna, em projeto interdisciplinar. São Paulo: LAPECH/AGB, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC / SEF, 1997.

BRASÍLIA. Lei 10.639. Presidência da República. 9 de janeiro de 2003.

BRASÍLIA. Lei 11.645. Presidência da República. 1º de março de 2008.

BUFFA, Ester; ARROYO; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987.

CABRINI, Conceição et al. O ensino de História: revisão urgente. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAZENDA, Ivani C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. São Paulo: Papirus, 1994.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História ensinada. 7ª Ed. São Paulo: Papirus, 2003.

. Didática e prática do ensino de História. 2ª Ed. Campinas / SP: Papirus, 2004.

ABREU, Martha, SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

6° Semestre:

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		S
			T	P	Е
CFCH319	Estágio Supervisionado do Ensino de História V	135h	0	0	3

EMENTA:

Desenvolvimento de atividades de docência – planejamento: organização de situações de ensino e aprendizagem, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação para o desenvolvimento da docência em História nos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

NOGUEIRA, Juliana Keller et alli. Conceitos de Gênero, Etnia e Raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.* [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191. ISSN 0103-4014.

_____. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e Ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JENKINS, Keith. A História Repensada. São Paulo: Contexto, 2004.

LARROSA, Jorge. Linguagem e Educação depois de Babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. História e Literatura: uma velha-nova História, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Em línea], Debates, 2006.

TEMPO SOCIAL. Revista de Sociologia da USP. Volume 7 – n° 1-2, Outubro de 1995.

WATTHIER, Luciane. A discriminação Racial Presente em Livros Didáticos e sua Influência na Formação da identidade dos Alunos. Revista Urutágua, Maringá, Nov. 2008. Nº 16.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉI	CRÉDITOS	
			T	P	Е
CFCH113	História Contemporânea I	60 h	2	1	0

EMENTA:

A construção do universo burguês, com suas revoluções, contra revoluções, resistências e elaborações ideológicas; advento da era industrial, liberalismo, socialismos e as jornadas revolucionárias de 1848; consolidação do capitalismo industrial, organização dos operários, reorganização dos espaços (urbanos, de trabalho) e aceleração do tempo; os novos Estados Nacionais no cenário político europeu da segunda metade do século XIX; a segunda Revolução Industrial com suas ideologias, instituições, cotidiano e práticas culturais do mundo do trabalho; a Comuna de Paris; a unificação italiana e alemã; os nacionalismos e o fenômeno da

modernidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;

BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo:

Brasiliense, 2004. – (Coleção -Tudo é história, 52);

HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções (1789 – 1848). Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos

BRUIT, Héctor H. O imperialismo. São Paulo: Atual, 1994;

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção: Primeiros Passos, 35);

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris – Os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção: Tudo é história, 24);

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;

HOBSBAWM, Eric & RANGER Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção: Pensamento Crítico; v, 55);

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CR	Т	
			T	P	Е
CFCH524	História da África I	60 h	2	1	0

EMENTA:

A diversidade étnica, social e cultural do continente africano; a escravidão na África e os tráficos de escravos; o processo de colonização e descolonização; os movimentos de libertação nacional; a formação das nações e seus dilemas; resistências e conflitos em uma região multifacetada na era da mundialização do capitalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AJAYI, J. F. Ade (Org.). História Geral da África,VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: KI-ZERBO, Joseph. História da África negra. Francisco Lyon de Castro: Viseu, 1972, v.1, v. 2

LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Tradução: Regina. A R. Bhering e Luís Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 497p.

CHALIAND, Gerad. A luta pela África – estratégias de potências. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: Trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999. 229p. (Coleção: O facto e a verdade).

FAGE, J. D. História da África. Lisboa: Edições 70, 1995.

FANON, Frantz. Os condenado da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

FIGUEREDO, Luciano (Org.) Raízes africanas. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

GIORDANI, Mário Curtis. História da África: anterior aos descobrimentos- Idade moderna 1. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ILIFFE, John. Os africanos: história dum continente. Lisboa – Portugal: Terramar, 1999.

NEWITT, Malyn. História de Moçambique. Portugal: 1997. (Biblioteca da História)

OLIVER, Roland. A experiência africana: da Pré-História aos dias atuais. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 313 p.

PAULUME, Denise. As civilizações africanas. Lisboa: Europa Americana, 1977.

SERRANO, Carlos. Angola: nascimento de uma nação. Um estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda, Angola: Kilombelombe, 2008. 376 p.

SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. 810p.

_____. A manilha e o libambo: a África e a escravidão – 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002. 1072p.

WODDIS, Jack. África: as raízes da revolta. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		S
			T	P	Е
CELA 745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60 h	2	1	0

EMENTA:

Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos da Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. I Básico, 2000.

PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. II Intermediário, 2000.

PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. III Avançado, 2001.

PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, volume IV Complementação, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

. CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO,Ilza Silva. Comunicação por língua brasileira de sinais: livro básico/Alberto Rainha de Castro e Ilza Silva de Carvalho.Brasília: S/E, 2005.

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myr na. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do

Professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e Bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KOJIMA, Catarina Kitugi; SEGALA, Ramalho Sueli. Dicionário de libras: Imagem do pensamento. São Paulo: Escola, 2000.

LANE, Harlan. A Máscara da Benevolência. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo, caminhos para uma nova Identidade . Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

LACERDA, Cristina B.F. de; GÓES, Maria Cecília R. de; (Orgs.) Surdez: processos

educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos

Lingüísticos. Porto Alegre: Editor a Artmed, 2004.

SACKS, Oliver. Uma viagem ao mundo do surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMA, Adriana; LOPES, Maura (Orgs). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉ	CRÉDITOS		
			Т	P	Е	
CFCH131	Ensino de História II	60	2	1	0	

EMENTA:

Estuda as concepções de mundo, de sociedade e de homem que intervêm no processo de ensino de história. Analisa a escola em suas relações com o ensino de história: as possíveis metodologias; a LDB, os PCNs e o currículo de história; os materiais didáticos; a formação do professor de história e sua inserção no mercado de trabalho; as novas linguagens no ensino de história (cinema, fotografia, jornal, música, literatura, etc); e, uma pesquisa de campo sobre a situação atual do ensino de história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha, SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

. Ensino de História. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC / SEF, 1997.

BRASÍLIA. Lei 10.639. Presidência da República. 9 de janeiro de 2003.

BRASÍLIA. Lei 11.645. Presidência da República. 1º de março de 2008.

HORN, Geraldo Balduini; GERMINARI, Geyso Dongley. O ensino de História e seu currículo: teoria e método. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

GUIMARAES, Selva. Formação de professores de Historia: reflexões sobre um campo de pesquisa(1987-2009). Cadernos de História da Educação (UFU. Impresso), v. 11, p. 285-303, 2012.

_____. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 91 228, p. 390-407, 2010.

SILVA, Júnior, Astrogildo Fernandes; GUIMARAES, Selva. Ensino de Historia e formação cidadã: um estudo com jovens estudantes no meio rural e urbano. Práxis Educativa (Impresso), v. 8, p. 197-218, 2013.

SILVA, Marcos A, da. (Org.) Repensando a História. 6ª ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, s.d.

_____. História em quadro negro: escola, ensino e aprendizagem. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1990.

. História: o prazer ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Marcos Antonio.. Cinema e ensino de história: propaganda e política em Outubro e O triunfo da vontade. História & Ensino (UEL), v. 15, p. 103-117, 2009.

7º Semestre

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		S
			T	P	Е
CFCH322	Estágio Supervisionado do Ensino de História VI	135 h	0	0	3

EMENTA:

Desenvolvimento de atividades de docência – planejamento: organização de situações de ensino e aprendizagem, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação para o desenvolvimento da docência em História nos 8° e 9° anos do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

. Disciplinas escolares: História e pesquisa. IN: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de & RANZI,

SOFFIATI, Arthur. A ausência da natureza nos livros didáticos de História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, no. 19, p. 43-56, set. 89/fev.90.

TARDIF, Maurice. Os professores enquanto sujeitos do conhecimento: subjetividade, prática, e saberes no magistério. In:

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		S
			T	P	Е
CFCH114	História Contemporânea II	60 h/a	2	1	0

EMENTA:

Os conflitos entre Estados Nacionais, guerras, abalos na ordem mundial e construção dos totalitarismos; a alternativa socialista ao capitalismo e sua expansão; imperialismo, guerra mundial, Revolução Russa e regime soviético, crise de 1929, Guerra Civil espanhola, nazismo, fascismos, consolidação da URSS, Revolução Chinesa e comunismo mundial; a Guerra do Vietnã, a nova correlação de forças internacionais, a guerra ideológica, as revoluções culturais de 1968, a revolução nos costumes e o avanço da globalização; o desmanche do mundo socialista e a hegemonia norte-americana; fragmentações e conflitos étnicos, guerras regionais, megablocos econômicos, ciência, artes, religiões, tecnologias e cultura no fim do século XX e início do XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BLACKBURN, Robin. [org]. (1992), Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. 2ª edição. Tradução de Luis Krausz *et alii*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

CALLINICOS. Alex. (1992), A vingança da historia. O marxismo e as revoluções do Leste Europeu. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.

HOBSBAWM, Eric J. (1995), Era dos extremos: o breve século XX (1914 - 1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo. Cia das Letras.

BERMAN, Marshall. (1986), Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade . Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti São Paulo. Cia das Letras.

FERRO, Marc. (1988), A Revolução Russa de 1917. 2ª edição. São Paulo. Perspectiva.

FURET, François. (1995), O passado de uma ilusão. Ensaios sobre a idéia comunista no século XX. Tradução de Roberto Ferreira Leal. São Paulo. Sisciliano.

BLAINEY, Geoffrey. Uma breve história do século XX/ - 1.ed.- São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional, 2008.

DIETRICH, Ana Maria. Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil/ Tese de Doutorado. - São Paulo, janeiro de 2007.

DOUGAN, Andy. Futebol & guerra: resistência, triunfo e tragédia do Dínamo na Kiev ocupada pelos nazistas. / tradução: Maria Inês Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		S
			T	P	Е
CFCH088	Pesquisa Histórica I	60	2	1	0

EMENTA:

Produção/compreensão do Conhecimento Histórico (Objetividade e subjetividade): a História e a Pesquisa Histórica. Projeto de Pesquisa: os passos da pesquisa: métodos, técnicas e problemáticas; as fontes como construção histórica. O Projeto de Pesquisa em História como construção contínua. A relação dialética pesquisa/teoria. A relação historiador e os fatos históricos; O historiador e o diálogo com as fontes históricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BURKE, Peter (org.). A Escrita da História. São Paulo, UNESP, 1992;

KHOURY, Yara Maria Aun. Et alii. A Pesquisa em História. São Paulo, Ática, 1989;

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. História e Cultura: uma metodologia de pesquisa histórica. IN: Revista da APG n.4, São Paulo, PUC/SP, 1993, p.p.13-26;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBERTI, Verena. História Oral. Rio de Janeiro, Zahar/UFRJ, 1993;

AUMONT, Jacques. A imagem. Campinas, Papiro, 1993;

BERNARDET, Jean-Claude & RAMOS, Alcides Freire. Cinema e História do Brasil;

BERNARDET, Jean-Claude. Cinema e imagens do povo. São Paulo, Brasiliense, 1989;

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. As Escolas Históricas. Lisboa, Publicações Europa-América, 1983;

CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e História do Brasil. São Paulo, Contexto, 1988;

CARR, Edward Hallet. O que é História? Rio de Janeiro, Paz e Terra;

CARDOSO, Ciro Flamarion. Iconografía e História. IN: RESGATE. São Paulo, Papirus, 1990, p.p.09-17;

FERREIRA, Marieta de Morais (Coord.). Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro, FGV, 1994;

FERREIERA, Marieta de Morais & AMADO & Janaína. Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV;

FERRO, Marc. Cinema e História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992;

KOSSOY, Boris. Fotografía e História. São Paulo, Ática, 1989;

LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1990;

KUBRUSLY, Cláudio A. O que é fotografia. São Paulo, Brasiliense, 1991;

LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família. São Paulo, EDUSP, 1993;

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) História Oral. Rio de Janeiro, Diadorim/FINEP, 1994;

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo, Contexto, 1992;

RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1978;

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo,

ANPUH/MCT/MARCO ZERO/ CNPq, Set.89/fev.90, v.09, n.19, p.p. 219-243;

SCHURMANN, Ernest F. A música como linguagem. São Paulo, Brasiliense, 1990;

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. Cultura seringueira: Memória e História. IN: Revista da APG, n. 2, São Paulo, PUC/SP, 1992, p.p.12-17;

LEVI, Giovanni. A herança imaterial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GINZBURG, Carlo. História noturna: decifrando o Sabá. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Relações de força: história, retórica, prova. Trad. Jonatas Batista. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		CRÉDITOS		S
			T	P	Е		
CFCH 304	História do Acre VII	60 h	2	1	0		

EMENTA:

Deslocamentos populacionais para o Acre e no Acre. Formas de produção e organização dos seringais; espaço, cultura e meio ambiente; representações sociais e visões sobre os significados de cidade na Amazônia/Acre. O processo de anexação do Acre ao território brasileiro. Formas de organização do poder jurídico-político e administrativo da anexação ao segundo surto da borracha. Linguagens e experiências de violências no Acre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Glimedes Rêgo. Nos confins do extremo Oeste: a presença do capitão Rêgo Barros no Alto Juruá (1912-1915). Volumes I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 1993.

CARVALHO, José. A Primeira Insurreição Acreana (documentada). Belém: Typografía de Gilett & Cia., 2002.

CRAVEIRO COSTA, João. A conquista do Deserto Ocidental. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

CASTRO, Genesco de. O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: excerptos históricos. Brasília: Senado Federal, 2002.

COSTA, Francisco Pereira. Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal – 1904/1918. Rio Branco: Edufac, 2005.

ACHÁ, José Aguirre. De los Andes al Amazonas: recuerdos de La campaña del Acre. La Paz: Tipografía Artistica Velarde, Aldasoza y Co. 1902.

CRAVEIRO COSTA, João. A conquista do Deserto Ocidental. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1974.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

CUNHA, Euclides. Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 2000b.

8° Semestre:

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		S
			T	P	Е
CFCH323	Estágio Supervisionado do Ensino de História VII	135 h	0	0	3

EMENTA:

Desenvolvimento de atividades de docência – planejamento: organização de situações de ensino e aprendizagem, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação para o desenvolvimento da docência em História nas três séries de Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, M. J. de. Imagens e sons: a nova cultura oral. São Paulo: Cortez, 1994.

BITTENCOURT, Cice Maria Fernandes, Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin (1886-1944). Apologia da história ou O oficio de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEMO, Pedro. Saber Pensar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007. – (Guia da escola cidadã, vol. 6). FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

PERRENOUD, Philippe, A pratica reflexiva no oficio do professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed: 2002.

_____.Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: artmed. 1999.

RIOS, Terezinha Azevedo. Ética e competência. 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAUL, Ana Maria. Avaliação Emancipatória: desafíos a pratica de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo, 2000.

SPLITTEr, Laurance J.; Sharp, Ann Margaret, Uma nova educação: a comunidade de investigação na sala de aula. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		S
			T	P	Е
CFCH351	História e Cultura Afro Brasileira	60 h	2	1	0

EMENTA:

Estudo da trajetória do povo negro no Brasil e de suas contribuições na formação da sociedade nacional nas áreas social, econômica, política e cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, Jorge. Negros na Amazônia Acreana. Rio Branco: EDUFAC, 2012.

HEYWOOD Linda M. Diáspora Negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. 222 p.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. 217 p. (Repesando África, v. 1)

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Tradução James Amado. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 267 p.

MAUÉS, Raymundo Heraldo; Villacorta, Gisela Macambira (Orgs.). **Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2008. 370 p.

CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Pallas, 2004. 376 p.

CRUZ, Tereza Almeida. Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) — 1980-2010. 2012. 367 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 279 p.

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa (Org.). **África-Brasil-África**: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; Nandyala, 2008. 280 p.

MAESTRI, Mário. História da África negra pré-colonial. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007. 217 p.

M'BOKOLO Elikia. **África Negra**: História e civilizações. Tomo I (até o século XVIII). Tradução: Alfredo Margarido. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MURRAY, Jocelyn. **África** – o despertar de um continente. Vol I. Rio de Janeiro: Del Prado, 1997. (Grandes Impérios e Civilizações)

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 1)

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		S
			Т	P	Е
CFCH312	História do Acre VIII	60 h	2	1	0

EMENTA:

Formação e Experiências sociais nos seringais acreanos; trabalhadoras e trabalhadores rurais e urbanos: diferentes perspectivas dos sujeitos sociais locais; as lutas pela posse e uso da terra no Acre e os movimentos sociais a partir da década de 1970: os Empates pela vida e pela posse da terra. Estado e estruturas de poder no Acre; igrejas, religiosidade e comunidades de religiosos. Movimentos sociais de sustentabilidade da economia acreana: o Acre e suas fronteiras sociais, políticas, geopolíticas e econômicas no contexto da nova ordem mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASILIO, Sandra Tereza Cadiolli. A Igreja e a luta pela terra no Acre. Recife: UFPE, 2000(Tese de Doutorado)

BEZERRA, Maria José. Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social... São Paulo: USP, 2006 (Tese de Doutorado).

COSTA, João Craveiro. A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do Território do Acre. 2ª Ed. São Paulo: Nacional, Brasília: INL, 1973.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		S
			T	P	Е
CFCH281	História do Oriente	60 h	2	1	0

EMENTA:

Estudos dos processos de islamização do Oriente Próximo e sua expansão para o continente africano. As relações e os conflitos entre Oriente e Ocidente. O nacionalismo judeu. O nacionalismo Árabe. A partilha da Palestina pela ONU em 1947. A criação do Estado de Israel e os conflitos árabe-israelenses. A luta do povo palestino pela criação do Estado Árabe. O estado de tensão permanente no Oriente: Paquistão, Coréia do Norte e Irã. O legado cultural dos povos orientais para o Ocidente: china, Japão e Índia: do contexto imperialista do século XIX à inserção destes países nos mercados globalizados no século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHALLITA, Mansour. Esse Desconhecido Oriente Médio. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

DEMANT, Peter. O Mundo Mulçumano. São Paulo: Contexto, 2004.

FEILER, Bruce. Abraão: Uma jornada ao coração de três religiões. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KARNAL, Leandro. Oriente Médio. São Paulo: Scipione, 2002.

LEWIS, Bernard. O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. . O que deu errado no Oriente Médio? Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PINSKY, Jaime. Origens do nacionalismo judaico. São paulo: Ática, 1997.

SAID, Edwad W. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

. Cultura e Resistência. Rio de janeiro: Ediouro, 2006.

COHN, Norman. Cosmos, Caos e o Mundo que Virá: as origens das crenças no Apocalipse. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GOEPPER, Roger. O Mundo da Arte. Mundo Oriental. Rio de Janeiro. JoséOlympio. 1966.

HOOKER, J.T. (org). Lendo o Passado: do cuneiforme ao alfabeto. A História da Escrita Antiga. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1996.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO		S
			T	P	Е
CFCH089	Pesquisa Histórica II	60 h	2	1	0

EMENTA:

Diálogos entre teorias e evidências; pesquisa orientada e revisão bibliográfica; orientação para os Trabalhos de Conclusão de Curso, com apresentação de resultados parciais; elaboração de artigos em torno dos temas pesquisados. Apresentação pública de Trabalho de Conclusão do Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARVALHO, Jose Murilo de.Os Bestializadas da República. 3.ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001.

CARR, E. História. O que é história? 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BURKE, Peter. A Escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. A história hoje: duvidas, desafios e propostas. Estudos históricos, vol. 7, n. 03, p. 97-113, 1994.

CHARTIER, Roger. A beira da falésia. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

KOTHE, Flávio R. (org.). Walter Benjamim. São Paulo: Ática, 1991.

7. ATIVIDADES ACADEMICO-CIENTIFICO-CULTURAIS DO CURSO

As Atividades Acadêmico-Cientifico-Culturais, que correspondem a 200 horas, serão desenvolvidas ao longo dos semestres do curso e devem ser vinculadas às disciplinas por meio de projetos elaborados pelos docentes que ministram disciplinas no Curso. Estas atividades devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Colegiado Curso, tendo como coordenador/orientador um professor deste colegiado.

As Atividades Acadêmico-Cientifico-Culturais serão realizadas fora dos turnos das aulas e caso haja necessidade de se desenvolver atividades no horário normal do curso, as aulas serão suspensas com o aval do Colegiado do Curso da Licenciatura em História.

Convém salientar, frente ao exposto, que as Atividades Acadêmico-Cientifico-Culturais são componentes curriculares de caráter científico, cultural e acadêmico, cujo foco principal é a realização de estudos independentes, transversais, interdisciplinares e opcionais, capazes de promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o exercício da profissão, podendo também ser realizadas por meio de convênios com instituições e empresas que ofereçam oportunidades de estágios.

As temáticas para as Atividades Acadêmico-Cientifico-Culturais serão consideradas atividades de extensão, com validade de créditos, podendo ser realizadas por meio de cursos, conferências, seminários, semanas de estudos, atividades artístico-culturais, de apoio e/ou assessorias a movimentos populares, pesquisas, trabalhos relacionados à documentação histórica, arquivos, museus e patrimônio cultural, entre outras.

Ao final de cada Atividade Acadêmico-Cientifico-Culturais, os alunos deverão entregar ao professor coordenador/orientador de atividades um relatório que terá status de avaliação. No entanto, outros critérios avaliativos poderão ser propostos pelo Colegiado do Curso.

7.1 Linhas de Pesquisa

O discente, desde o primeiro período, será orientado para, a partir da disciplina Pesquisa Histórica I, aderir uma das linhas de pesquisa do curso que, inicialmente, serão as listadas abaixo. Estas Linhas de Pesquisas constitui-se no eixo condutor das atividades de pesquisa durante todo o curso, obrigando ao aluno no final de cada disciplina voltada para a pesquisa (no final de cada semestre) produzir um texto científico.

Estas Linhas de Pesquisas serão semestralmente avaliadas, e se necessário, redefinidas pelo colegiado do curso, que fará o seu detalhamento em temáticas, divulgando-as previamente, para que, quando da matrícula semestral, o discente possa optar por uma destas temáticas, com a qual trabalhará naquele período.

As Linhas de Pesquisas iniciais são as seguintes:

- a) História e Meio Ambiente.
- b) História e Movimentos Sociais.
- c) História e Poder.
- d) História, Sociedade e Cultura.
- e) História, Sociedade e Educação.

8. ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATORIO)

O Estágio Curricular Supervisionado está dividido em três Disciplinas:

- ➤ Estágio Supervisionado do Ensino de História I 135 horas
- ➤ Estágio Supervisionado do Ensino de História II 135 horas
- ➤ Estágio Supervisionado do Ensino de História III 135 horas

Nos Estágios Curriculares Supervisionados serão desenvolvidas as atividades de docência – planejamento: organizações de situações de ensino e aprendizagem, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação para o desenvolvimento da docência nas diferentes modalidades do Ensino Fundamental e Médio em estabelecimentos de ensino previamente selecionados.

Apenas 1/3 de cada disciplina de Estágio Supervisionado do Ensino de História será desenvolvido em atividades práticas (planejamento) em sala de aula na UFAC, os outros 2/3 serão desenvolvidos obrigatoriamente no ambiente da sala de aula da escolar. No caso do Curso Noturno, as atividades de Estágio Supervisionado do Ensino de História, a serem desenvolvidos na Sala de Aula da Escola, serão efetivadas nos turnos da manhã e/ou tarde.

As turmas de Estágio Supervisionado do Ensino de História terão no mínimo 18 e máximo 25 alunos. E toda vez que o número de alunos ultrapassarem 20, será formado mais uma turma, com a mesma quantidade de alunos ou número próximo. Será garantida a participação de todos os professores da área de Ensino de História, na elaboração e definição de formulários, procedimentos e sistemas de avaliação que serão adotados na ministração destas disciplinas.

Será garantida a participação de todos os professores da área de Ensino de História, na elaboração e definição de formulários, procedimentos e sistemas de avaliação que serão adotados na ministração destas disciplinas. Os estágios supervisionados terão aprovados em colegiado um regimento próprio.

Normatizações para Concessão de Créditos em Estágio Supervisionado

Em consonância com a Resolução do CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível Superior ao estabelecer no art. 1, Parágrafo Único, que "Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica **poderão** ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado **até o máximo de 200** (duzentas) horas" e também, em com a Resolução CONSU/UFAC n°09, de 05 de fevereiro de 2009, Art. 5°, inciso 3° que retifica a legislação nacional, esse Colegiado de Curso estabelece os seguintes critérios para concessão de créditos em Estágio Supervisionado a alunos que comprovadamente possuam experiência docente na Educação Básica.

I. Dos documentos comprobatórios para concessão de créditos:

- 1. Contrato de trabalho do requerente (Mesmo que contrato provisório)
- 2. Plano de Ensino do requerente
- 3. Declaração da direção da escola especificando:
- a) disciplina ministrada;
- b) ano/série em que a disciplina foi ministrada;
- c) carga/horária da disciplina;
- d) tempo de duração da atividade docente. Ex. Um semestre, dois anos.

A experiência docente tem que ser na área de formação do requerente e voltada para a Educação Básica (2º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e contabilizar carga horária igual ou superior à carga horária do Estágio Supervisionado em que o crédito for requerido.

A ausência de um dos documentos citados invalida a concessão de crédito.

II- Da organização curricular do Curso e das possibilidades de concessão de créditos

Na atual organização curricular do Curso de Licenciatura em História consta quatro disciplinas de Estágio Supervisionado:

- 1- CFCH132- Estágio Supervisionado do Ensino de História I CELA651 0 0 2 90 h
- 2- CFCH133- Estágio Supervisionado do Ensino de História II- CFCH132- 0 0 2 90 h
- 3- CFCH134- Estágio Supervisionado do Ensino de História III- CFCH133- 0 0 2- 90 h
- 4- CFCH135- Estágio Supervisionado do Ensino de História IV- CFCH134- 0 0 3 135

Considerando o que prevê a legislação para concessão de crédito de até 200 horas e a atual organização curricular do curso em pauta, as possíveis combinações para concessão de créditos sem que ultrapasse às 200 horas são:

- 1. Créditos nos Estágios Supervisionados I e II respectivamente = 180 horas
- 2. Créditos nos Estágios Supervisionados I e III respectivamente = 180 horas
- 3. Créditos nos Estágios Supervisionados II e III respectivamente = 180 horas
- 4. Créditos no Estágio Supervisionado IV = 135 horas

Todos os requerimentos para concessão de créditos em Estágio Supervisionado passam doravante ser orientados por esses critérios.

9. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

De acordo com a lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudante, o Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória tendo como propósito primordial possibilitar ao acadêmico a oportunidade de complementar conhecimentos práticos em instituições com serviços ligados á área de Licenciatura em História matutino e noturno, tais como museus, bibliotecas, arquivos, parques temáticos, livrarias, centros de documentações e setores de patrimônios e outros, de forma a desenvolver habilidades técnicas e científicas relevantes ao exercício da profissão.

O estágio não-obrigatório é realizado voluntariamente pelo estudante para enriquecer a sua formação acadêmica e profissional, sendo que sua carga horária contabilizada poderá ser contabilizada para a integralização curricular como AACC.

Em consonância com o Art. 4º da Resolução CEPEX nº 14, de 6 de dezembro de 2010. A realização do estágio obrigatório ou não obrigatório está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

Efetivação da matrícula do aluno, de acordo com o período letivo estabelecido na estrutura curricular;

Formalização do Acordo de Cooperação entre a parte concedente do estágio (empresa) e a UFAC através de Convênio:

Celebração de Termo de Compromisso entre o aluno, a parte concedente do estágio e a UFAC; Compatibilização entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no Termo de Compromisso.

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

O Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem do curso de Licenciatura em História deve estar em consonância com o Regimento Geral da UFAC, artigos de 278 a 297, elencado abaixo:

O processo de ensino-aprendizagem no Curso será desenvolvido por disciplina, na perspectiva de todo o curso, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos.

- ✓ Entende-se por assiduidade a frequência às atividades programadas para cada disciplina e, por eficiência, o grau de aproveitamento do aluno nos estudos desenvolvidos em cada disciplina, refletido e mensurado nos instrumentos avaliações;
- ✓ A verificação do rendimento será desenvolvido por meio de avaliações previstas no plano da disciplina;
- ✓ O professor poderá utilizar os seguintes instrumentos de avaliação: prova escrita, prova oral, prova didática, trabalho de pesquisa, trabalho de campo, trabalho individual, seminários;
- ✓ O rendimento escolar deve ser expresso em notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal;
- ✓ A verificação da eficiência de rendimento, compreenderá as avaliações progressivas e a avaliação final (exame final) e devem verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina;
- ✓ Compreende-se por avaliações progressivas, aquelas desenvolvidas ao longo do período letivo, consideradas N1 (nota 1) e N2 (nota 2), objetivando verificar o rendimento do aluno em relação ao conteúdo ministrado durante o período.
- ✓ As notas de N1 e N2 deverão corresponder, cada uma delas, à avaliação de, aproximadamente, 50% do conteúdo programado para a disciplina, sendo aplicadas proporcionalmente no decorrer do período letivo;
- ✓ Para composição das notas N1 e N2, o professor deverá utilizar, no mínimo, dois instrumentos de avaliação, devendo para tanto estar previsto no plano de curso da disciplina. A última avaliação da N1 deverá ser aplicada até o encerramento da metade do conteúdo programático;
- ✓ A última avaliação da N2 não poderá ser aplicada antes de decorrido, pelo menos, 85% do conteúdo

programático;

- ✓ As avaliações devem ser elaboradas, aplicadas e corrigidas pelos próprios professores ministrantes da disciplina, exceto por motivo de força maior, que deverá ser comunicado ao Coordenador do Curso, que indicará outro docente para suprir a ausência justificada;
- ✓ As provas teóricas devem ser aplicadas dentro das dependências da UFAC, nas datas e horários regulares estabelecidos para cada disciplina;
- ✓ Nos casos excepcionais em que a avaliação necessite ser efetuada em outras dependências, em razão da especificidade das atividades práticas e dos Estágios, caberá ao Colegiado do Curso deliberar a referida autorização;
- ✓ Na impossibilidade de aplicar a prova teórica durante o horário normal da disciplina, em razão da complexidade ou da extensão do instrumento de avaliação, poderá o professor solicitar previamente o horário de outro docente para que possa aplicar sua prova no período máximo de 04 horas/aula consecutivas respeitadas à condição especial para os portadores de necessidades educativas especiais, estabelecida em lei;
- ✓ O professor deve apresentar e discutir com os alunos os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação, esclarecendo as dúvidas pertinentes;
- ✓ As avaliações escritas progressivas, depois de corrigidas, serão devolvidas ao aluno, com a respectiva divulgação do rendimento de aproveitamento escolar;
- ✓ A divulgação de que trata o artigo anterior deverá ser feita antes da aplicação da avaliação seguinte, sob pena da referida avaliação ser anulada;
- ✓ O pedido de anulação, referido no parágrafo anterior, deverá ser solicitado à Coordenação do Curso, por qualquer discente matriculado na disciplina, no prazo máximo de 02 dias úteis após a realização da avaliação objeto da anulação.
- ✓ Constatada a não divulgação dos resultados obtidos na avaliação anterior, o Colegiado do Curso deverá anular a avaliação objeto de discussão e determina a publicação dos resultados no prazo máximo de 03 dias úteis.
- ✓ A divulgação do rendimento escolar ocorrerá no momento da devolução das provas aos alunos, devendo ser feita, obrigatoriamente, no Sistema Operacional da UFAC.
- ✓ É permitido ao aluno, mediante requerimento fundamentado e direcionado ao Colegiado do Curso, solicitar a revisão de rendimento escolar obtido em qualquer instrumento de avaliação, no prazo de até 03 dias úteis contados a partir da divulgação e discussão dos respectivos resultados.

- ✓ A referida revisão será realizada pelo mesmo professor da disciplina, e na hipótese de permanecer a insatisfação do discente, quanto aos resultados, poderá o mesmo, no mesmo prazo, solicitar a revisão por comissão formada por 02 docentes da mesma disciplina ou de disciplinas correlatas, indicadas pelo Centro ao qual a disciplina está vinculada.
- ✓ Será assegurado ao aluno o direito à segunda chamada das provas ou prorrogação para realização ou entrega de outras avaliações, quando justificada a ausência por impedimento legal ou motivo de doença, devidamente comprovados por setor competente, desde que solicitada ao Colegiado do Curso, por escrito, até 03 dias úteis após a avaliação.
- ✓ Em caso de deferimento do pedido, a segunda chamada deverá ser realizada em data, hora e local informados ao aluno até 02 dias úteis antes da sua realização.
- ✓ Ao aluno que não participar de qualquer avaliação, não tendo obtido permissão para fazer outra, será atribuída nota zero.
- ✓ Será considerado aprovado na disciplina, o aluno que, cumulativamente, obtiver:
 - I. No mínimo, 75% de frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo, e
 - II. Média final (MF) igualou superior a 5,0 (cinco) no período letivo Correspondente;
- ✓ Não haverá abono de faltas, apenas justificativas de faltas, ressalvados os casos previstos em lei.
- ✓ Será considerado aprovado na disciplina, com dispensa do exame final, o aluno que, cumprido a frequência mínima exigida, obtiver média parcial igual ou superior a 8,0 (oito);
- ✓ A Média parcial (MP) é obtida pela média aritmética de N1 e N2 (MP=(N1+N2)/2);
- ✓ Terá direito ao exame final (EF) o aluno que cumprir a frequência mínima exigida nas atividades acadêmicas e que não tiver obtido média parcial igual à zero;
- ✓ O prazo para realização do exame final é de, no mínimo, 03 dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial;
- ✓ O exame final não será devolvido ao aluno, o mesmo poderá ser disponibilizado para análise e revisão do aluno, mas deverá ser arquivado na secretaria do curso.
- ✓ A média final será obtida através da média aritmética da média parcial e da nota do exame final.
 (MF=(MP+EF)/2).
- ✓ Será considerado reprovado o aluno que se enquadrar em uma das seguintes situações:
 - Não cumprir o mínimo da frequência exigida e
 - Obtiver média final inferior a 5,0 (cinco).

Para as disciplinas de estágio, em que não é possível aplicação de exame final, considera-se aprovado o aluno que obtiver média parcial 5,0 (cinco) e frequência mínima.

Importante mencionar, que a avaliação da aprendizagem é de competência do docente, que tem autonomia para definir quais as formas adequadas de avaliar seus alunos frente à peculiaridade da disciplina, os objetivos propostos nos planos de curso e os procedimentos metodológicos utilizados na ministração das aulas.

11. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A Avaliação do Curso, que inclui a estrutura curricular, a gestão acadêmica, as atividades de ensino, pesquisa e extensão e as possibilidades que o mercado oferece ao egresso do curso, é de competência do colegiado do curso, que periodicamente deverá se reunir para debater as questões mencionadas e proceder aos devidos encaminhamentos.

A avaliação do desempenho docente, que envolve também a pesquisa e a extensão, dar-se-á de três formas:

- 1. Após ministrar cada disciplina semestral, o coordenador do colegiado de curso, de posse de um instrumento (formulário), procederá, junto aos alunos, à avaliação do curso realizado, pois os alunos, anonimamente, preencherão o referido formulário, cujos dados devem ser sistematizados e os resultados, encaminhados ao docente pelo coordenador do colegiado para que este possa fazer os ajustes necessários na relação ensino-aprendizagem.
- 2. Dar-se-á por meio do relatório das atividades realizadas semestralmente pelos docentes, ficando a cargo da chefia departamental, em regime de assembléia, propor os devidos ajustes.
- 3. A auto-avaliação docente, quando cada docente, a partir de um instrumento (formulário), deverá proceder à avaliação de suas atividades, propondo inclusive as mudanças necessárias.

Importante destacar que a avaliação é compreendida na sua dimensão qualitativa, e não punitiva ou mercantilizada, pois neste caso haveria a reprodução e reforço da cultura tradicional da avaliação autoritária e excludente ou premiadora. Envolve, também, a conscientização, aceitação e adesão voluntária dos segmentos que constituem o curso, visando sua melhoria.

Outro aspecto a destacar é a legitimidade que a avaliação deve ter ao ser sustentada numa metodologia participativa, capaz de garantir a construção coletiva dos instrumentos de avaliação, segundo critérios balizadores do trabalho executado e com base em informações fidedignas.

Vale também destacar a devolução de resultados da avaliação às partes interessadas, assim como a privacidade e o sigilo de informações que dizem respeito, exclusivamente, ao indivíduo.

Por fim, ressalta-se que o Curso pode ser avaliado pelos acadêmicos quando da realização anual da avaliação institucional, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA e, da mesma forma, o acadêmico pode avaliar cada disciplina cursada no semestre, por meio do questionário eletrônico disponibilizado ao final de cada semestre letivo, no Portal do Aluno.

12. CORPO DOCENTE

NOME	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO	VÍNCULO (EFETIVO OU PROVISÓRIO)	AREA DE ATUAÇÃO
Airton Chaves da Rocha	DE	Doutor	Efetivo	Pesquisa Histórica
Armstrong da Silva Santos	40 H	Mestre	Efetivo	História Moderna
Carlos Alberto Alves de	DE	Mestre	Efetivo	Estudos em História
Souza				e Pesquisa Histórica
Cassio Santos Melo	DE	Doutor	Efetivo	História do Brasil
Daniel da Silva Klein	DE	Doutor	Efetivo	Estudos em História
				e Teoria da História
Eduardo de Araújo Carneiro	DE	Mestre	Efetivo	História Econômica
Euzébio de Oliveira Monte	DE	Mestre	Efetivo	História do Brasil e
				TCC
Fortunato Martins Filho	40 H	Mestre	Efetivo	Ensino de História
Francisco Bento da Silva	DE	Doutor	Efetivo	História do Brasil e
				História do Acre
Francisco Pinheiro de Assis	DE	Doutor	Efetivo	História do Acre e
				História da
				Amazônia
Georgia Pereira Lima	DE	Mestre	Efetivo	História Antiga e
				Ensino de História
Hélio Moreira da Costa	DE	Mestre	Efetivo	Teoria da História
Júnior				
José Dourado de Souza	DE	Doutor	Efetivo	Ensino de História
José Sávio da Costa Maia	DE	Doutor	Efetivo	História da América
Marcio Roberto Vieira	20 H	Mestre	Efetivo	Ensino de História
Cavalcante				
Maria Ariadna Cidade	DE	Mestre	Efetivo	História Econômica e
Almeida				História da
				Amazônia
Nedy Bianca Medeiros de	DE	Mestre	Efetivo	História da América
Albuquerque				e História do Brasil

Rosana Martins de Oliveira	DE	Mestre	Efetivo	História da
				Amazônia e História
				Medieval
Sérgio Roberto Gomes de	DE	Mestre	Efetivo	História do Acre e
Souza				História Moderna
Sandra Tereza Basilio	DE	Doutor	Efetivo	História da América
				e História do Brasil
Tereza de Almeida Cruz	DE	Doutor	Efetivo	Ensino de História e
				História da África
Valmir Freitas de Araújo	DE	Mestre	Efetivo	História do Oriente
Vicente Gil da Silva	40 H	Mestre	Efetivo	História Econômica
Wlisses James de Farias	DE	Mestre	Efetivo	História
Silva				Contemporânea
Ávila de França Lima	DE	Mestre	Temporário	Ensino de História
Débora Souza do	DE	Mestre	Temporário	História do Brasil
Nascimento				
Essio dos Santos Maciel	DE	Mestre	Temporário	História da
				Amazônia
Edmundo Cunha Bezerra	DE	Mestre	Temporário	História
				Contemporânea

13. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com a Resolução CONAES nº 01, de 17-07-2010, OF.CIRC.MEC/INEP/DAES/CONAES Nº 0074, de 31-08-2010 e o Regimento Geral da UFAC, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas, de natureza consultiva, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso de graduação. São atribuições do NDE:

- 1. contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- 2. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- 3. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e,
 - 4. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A composição do NDE deve ser definida pelo Colegiado de Curso e ter em sua composição um mínimo de: 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do Curso; 60% (sessenta por cento) dos seus membros devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; e, 20% (vinte por cento) dos seus membros devem ter regime de trabalho integral.

Os docentes serão eleitos para o NDE pelo Colegiado de Curso pelo prazo de 03 (três) anos, sendo renovável os seus mandatos, respeitado o Regimento Geral da UFAC. O NDE será presidido por um de seus membros, eleito pela maioria, para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em História, atualmente, é composto pelos Prof. Dr. Carlos Alberto Alves de Souza, Coordenador, Prof. Dr. Daniel da Silva Klein, Prof. Dr. Francisco Bento da Silva, Prof. Dr. José Dourado de Souza e Profa. Dra. Tereza Almeida Cruz.

14. METODOLOGIA ADOTADA PARA A CONSECUÇÃO DA PROPOSTA

O cronograma de implantação e execução será realizado em quatro anos, com percentual de execução de 25% por ano, com início provável para 1/2014 e término em 2018, o processo de implantação ocorrerá a partir da aprovação do projeto de reformulação do curso.

15. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

O curso de Licenciatura em História será ministrado prioritariamente pelos docentes do Centro de História, tendo em vista que o maior elenco das disciplinas é de conteúdo histórico (vide apêndice A).

Nesse sentido, vale destacar que o atual quadro de docentes efetivos do Centro de História é composto de 16 professores, dos quais 14 são mestres, 01 doutor e 01 especialista. Há, ainda, 03 na condição de professores substitutos, dos quais 01 é mestre e os outros 02 possuem apenas a graduação plena em história.

É importante resaltar que o Centro de História encontra-se em plena execução de um convênio de Doutorado Interinstitucional - DINTER em História Social, com a Universidade de São Paulo – USP, através do qual, temos previsão de doutoramento de dez professores do quadro de História até 2015.

Outro aspecto a considerar é que, com o doutorado, a experiência de pesquisa dos docentes será consideravelmente ampliada, atualizada e aprofundada. Condição esta fundamental para um eficaz atendimento das demandas da Licenciatura, bem como em médio prazo a implantação de um programa de Pós-Graduação *Strictu senso* – nível de Mestrado, para os egressos do curso de História, formados ao longo dos mais de trinta anos de existência do curso.

15.1 Pessoal de apoio

O atual número de servidores atendendo na Coordenação de História Licenciatura é de dois funcionários, que atuam nos períodos matutino e noturno (no mesmo horário de funcionamento do curso).

15.2 Infraestrutura básica

15.2.1 Base física da Coordenação de História

A Coordenação de História conta atualmente com 01 sala para atendimento de suas funções administrativas

15.2.2 Outros espaços

Existem, também, 07 salas destinadas aos professores da área de História. Sendo que 04 comportam apenas 02 professores e as outras 03 com três professores

15.3 Sala ambiente e laboratório

Importante também considerar que, embora não esteja vinculado administrativamente ao Departamento de História, o Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH), a partir da criação do Bacharelado em História, deverá funcionar como um laboratório no que se refere à prática de pesquisa histórica, tendo em vista seu acervo ser de caráter notadamente histórico, além de apresentar documentos em suportes e linguagens diferenciadas.

Nesse caso, professores e alunos, a partir de suas propostas de pesquisa, deverão utilizar o espaço com a frequência necessária à execução dos trabalhos de pesquisa.

15.4 Material bibliográfico

A bibliografia hoje existente na Biblioteca Central da Ufac deverá ser ampliada para atender, com qualidade, as novas demandas dos docentes e discentes do curso de Bacharelado em História, sendo, nesse aspecto, fundamental dotá-la dos títulos indicados pelos professores, nesse projeto, que ainda não fazem parte do seu acervo ou existem em número bastante reduzido.

16. LEGISLAÇÃO BÁSICA

O Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em História estar fundamentado pela legislação federal vigente e as normas internas da UFAC.

a. Legislação Federal

- ✓ Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ✓ Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002, que estabelece Diretrizes Curriculares para os cursos de História, portal: http://www.mec.gov.br
- ✓ Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- ✓ **Resolução** CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- ✓ Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- ✓ Portaria Normativa/MEC n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2011. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

- ✓ Resolução CNE/CES Nº 3, de 02 de julho de 2007 Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dar outras providencias. Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- ✓ Portaria SINAES Nº 1081, de 29 de agosto de 2008 aprova em extrato o instrumento de avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES.
- ✓ **Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010 -** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- ✓ OF.CIRC.MEC/INEP/DAES/CONAES Nº 0074, de 31 de agosto de 2010- Comunica definição do NDE, atualização do PDI e PPC e retificação dos Instrumentos de Avaliação.
- ✓ Portaria Normativa MEC nº 1, de 25 de janeiro de 2013 estabelece o Calendário 2013 de abertura de protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC.
- ✓ PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR. Ministério da Educação, Maio de 2000.
- ✓ PARECER CNE/CP 28, DE 02 DE OUTUBRO DE 2001. Da nova redação ao parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- ✓ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER Nº 776/97, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1997. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
- ✓ RETIFICAÇÃO DECRETO Nº 3.276 DE DEZEMBRO DE 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dão outras providencias.
- ✓ REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: Caderno de Subsídios/ Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004, p. 48.
- ✓ ANTEPROJETO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES sobre Estágio Supervisionado.
- ✓ PORTARIA N°. 1466, DE 12 DE JULHO DE 2001 DO MEC (DOU DE 13/7/2001, Seção 1E, p.36). Referente a Cursos oferecidos fora da sede.
- ✓ MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

- ✓ PARECER CNE/CES 492/01, aprovada em 03 de abril de 2001.
- ✓ Diretrizes curriculares dos cursos Filosofía, História, Geografía, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia Homologado em 04/7/2001, publicado no DOU em 9/7/2001.
- ✓ PARECER CNE/CES nº 1363, aprovado em 12 de dezembro de 2001, Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofía, História, Geografía, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- ✓ RESOLUÇÃO CNE/CES nº 01, aprovada em 17 de novembro de 2005, que estabelece as diretrizes para a formação de professores da educação básica.
- ✓ RESOLUÇÃO CNE/CES nº 01, aprovada em 11 de novembro de 2009, que estabelece normas emergenciais para a Segunda Licenciatura para professores em Exercícios da Educação Básica.

b. Normas e Legislação Institucional – UFAC

- ✓ **Regimento Geral da UFAC** regulamenta os dispositivos constantes no Estatuto da Universidade Federal do Acre nos aspectos de organização e de funcionamento comuns aos vários órgãos e às instancias deliberativas.
- ✓ Resolução Reitoria nº 05, de 01 de fevereiro de 2008, aprova ad referendum do Conselho Universitário, a organização da Oferta dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Acre, anexos I e II homologada pela Resolução CONSU nº 08, de 15 de abril de 2008 e alterada pela Resolução REITORIA nº 24, de 11 de agosto de 2008.
- ✓ Resolução Reitoria nº 03, de 29 de janeiro de 2009, regulamenta no âmbito da UFAC a modalidade de estágio não-obrigatório, homologada pela a Resolução CONSU nº 08, de 05 de fevereiro de 2009, determina a inclusão da modalidade de estágio não-obrigatório nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Acre.
- ✓ **Resolução CONSU nº 09, de 05 de fevereiro de 2009**, estabelece as Diretrizes para a Formação de Docentes da Educação Básica, em nível superior, dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Acre.

- ✓ Resolução CONSU nº 24, de 11 de maio de 2009, resolve: os estudantes dos Cursos de Licenciatura deverão cumprir 200 horas em outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais, relacionados à natureza de sua área de formação e atuação profissional.
- ✓ **Resolução CEPEX nº 14, de 06 de dezembro de 2010**, resolve: aprovar as Normas Gerais de Estágio Supervisionado definindo as diretrizes de estágio para os cursos de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Acre.
- ✓ **Resolução Reitoria nº 06, de 30 de agosto de 2011**, aprova ad referendum e estabelece normas para o horário de realização das Práticas e Estágios dos cursos de Graduação da UFAC, homologada pela **Resolução CEPEX nº 026, de 14 de outubro DE 2011**.
- ✓ ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA COMUM ÀS LICENCIATURAS. UFAC – Rio Branco – 2005.
- ✓ RESOLUÇÃO N°. 06 DE 14 DE OUTUBRO DE 2005. Aprovação da proposta de formação pedagógica comum para os cursos de licenciatura da UFAC.

17. REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PPC

ACRE (Estado). Secretaria de Intendência Municipal de Rio Branco. Código de Posturas Municipais: lei nº 159. Rio Branco, 1929.

ACUNÃ, Cristobal de. Descobrimento do Rio Amazonas. São Paulo: Nacional.

ALBA, André. Tempos Modernos. São Paulo: Mestre Jô, 1968.

AMIN, Samir. Imperialismo e desenvolvimento desigual. São Paulo: Vértice, 1987.

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

____. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1982.

. Teoria, Política e História - Um debate com E. P. Thompson. Siglo Veintiuno Editores, 1985.

AQUINO, terri Valle de. Kaxinawá: de seringueiro "caboclo" a "peão" acreano. Brasília: UNB, s.d.

ARASSE, Daniel. A Guilhotina e o Imaginário do terror. São Paulo: África, 1988.

ARAÚJO, Valmir Freitas de. A Crise do Extrativismo da Borracha e a Sedimentação da Sociedade Acreano do Vale do Purus (1912-1942). 2002, 133f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ARIÉS, Philippe. **O tempo da História**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

AZRIA, Regime, O Judaísmo. São Paulo: Edusc, 2000.

BARKER, Sir Ernest. Teoria Política grega. Brasília: Editora da UNB, 1978.

BARROS, Edgard L. A Guerra Fria. São Paulo, Atual, 1985.

BASTOS Augusto Roa Et Al. América Latina 500 anos de conquista. São Paulo: Ícone. nº 02

BEJAMIN, Walter. Obra escolhida. São Paulo: Brasiliense, 1993. V. 1.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia:** um pouco – antes e além – depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

. Amazônia: a guerra na floresta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

BERARDO, João Batista. Guerrilha e Guerrilheiros: no Drama da América Latina. São Paulo: Edições Populares, 1981.

BESSA-FREIRE, José R. (coord.). A Amazônia no Período Colonial 1616-1798. Manaus: Universidade do Amazonas. Imprensa Universitária, 1987.

BETING, Joelmir. Os juros subversivos. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BETTELHEIM, Charles & SWEEZY. Paul. Transição para o Socialismo. São Paulo: Guide – Artes Gráficas, 1978.

BEZERRA, Holien Gonçalves. A Revolução Chinesa. São Paulo: Atual, 1985.

BEZERRA, Maria José. A invenção da cidade: a modernização de Rio Branco durante a gestão do governo Guiomard Santos (1946-50). Recife-PE: UFPE, 2002.

BEZERRA, Maria José (Coord). Cidade de Rio Branco - a marca de um tempo: história, povo e cultura. Rio Branco: Gráfica Globo, 1993.

____. Dossiê - Acervo: Guiomard Santos (Acre) Elevação do Acre à Estado. Rio Branco: Gráfica Globo, 1992.

BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa - América, s. d.

BOBBIO, Norberto Et al. Dicionário de Política. 4.ed. Brasília: UNB, 1992.

BOND, Rosana. Sendero Luminoso: fogo nos Andes. Goiânia: Ruptura, 1991.

BOSI, Eclea. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.

BOUZON, Emanuel, O código de Hamurabi. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRAMSON, M. A; GURETIVHCH, A; KOLESNITKI, N. A História na Idade Média: Alta Idade Média. Lisboa: Estampa, 1978.

BRASIL. **Obras do Barão do Rio Branco:** Questões de Limites. Rio de Janeiro: Ministério das Relações exteriores, 1903.

BRASIL, **Lei nº 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases para a Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, Ano CXXXIV, nº 248, 23.12.96, pp. 27.833-27.841.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRESCIANE, Maria Stella M. Londres e Paris no Séc. XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1990 (Coleção tudo é história).

BURKE, Peter & PETER, Ray (org.). Linguagem, Indivíduos e Sociedade. São Paulo: UNESP, 1993.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia:** a Escola dos Annales, **1929-1989**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

A arte de conversação. São Paulo: UNESP, 1995.
A Escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992.
A Fabricação do Rei. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
DUDNET John O despontando filosofio guago Cão Daylo: Cia

BURNET, John. O despontar da filosofia grega. São Paulo: Siciliano, 1994.

C.E.R.M. Teoria sobre o Feudalismo. Lisboa: Estampa, 1978.

CABRINI, Conceição Et Al. O Ensino de história: Revisão Urgente. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. Acre: uma história em construção. Rio Branco: FDRHCD, 1985.

CANEDO, Letícia Bicalho. A Descolonização da Ásia e África, Processo de Ocupação Colonial, Transformações Sociais nas Colônias, Os Movimentos de Libertação. São Paulo: Atual, 1985.

CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Fotografia e História**. IN: Resgate. São Paulo: Papirus, 1990, p. 09 - 17.

____. O Egito Antigo. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CARONE. Edgar. República Velha, Instituições Políticas, São Paulo: Difel, 1983.

CARR, E. História. **O que é história?** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. Construção da Ordem. Brasília: UNB, 1980.

____.Os Bestializadas da República. 3.ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001.

CASTRO, José Maria Ferreira de. A Selva. São Paulo: Verbo, 1972.

CERRI, Luis Fernando. A ideologia da Paulistanidade. São Paulo: Livro Aberto, 1997.

CHALLITA, Mansour. Esse Desconhecido Oriente Médio. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Convite à literatura. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques. **Crise e Transformação dos Regimes Autoritários.** São Paulo: ÍCONE, 1986.

CHOMSKY, Noham. Segredos, Mentiras e Democracia. Brasília: UNB, 1994.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza:** Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1998.

CHAUNUM, Pierre. História da América Latina. São Paulo: Difel, 1976.

CÓDIGO de Posturas Municipais de Xapuri - 1904. Prefeitura Municipal de Xapuri: Edição Comemorativa da Recuperação da Casa Branca, 1998.

COELHO, Enice Mariano. Acre - O ciclo da Borracha: 1903 – 1945. Niterói: Gráfica do Senado, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo (org.) Marxismo Hoje.São Paulo: Departamento de História da USP, 1994.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **História e Crise Contemporânea.** São Paulo: Departamento de História da USP, 1994.

COGGIOLA, Osvaldo. A Revolução Chinesa. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente - Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: Contribuição à história Social e das letras Sindicais no Acre. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.

COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, J. Craveiro. A conquista do deserto Ocidental. 2. ed. Brasília: Nacional, 1973.

COSTA, Sergio Correia. As Quatro Coroas de D. Pedro I. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

COSTA SOBBRINHO, Pedro Vicente. Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental. São Paulo: Cortez, 1992.

CUERVA, Augustin. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CUNHA, Euclides. Um Paraíso Perdido. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos.** Rio de Janeiro: Graal, 1986. Col. Biblioteca de historia, vol. 13.

DARNTON, Robert. O Lado Oculto da Revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

DAVIS, Natalie Zemon. Cultura do Povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEAN, Waren. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel, 1987.

____. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de História ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente. 1300 - 1800. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DEMO, Pedro. A Nova LDB: Ranços e Avanços. São Paulo: Papirus, 1997. 111p.

DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMANT, Peter. O Mundo Mulçumano. São Paulo: Contexto, 2004.

DOBB, Maurice. A evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DONGHI, Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova História. 3.ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **A Formação do capitalismo Dependente no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986

DOYLE, Willian. O Antigo Regime. São Paulo: Ática, 1991.

DUBOIS, Philipe. O ato fotográfico. Campinas: papiro, 1994.

DUBY, Georges. Idade Média, Idade dos Homens. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DUPAS, Gilberto. Ética e Poder na Sociedade da Informação. São Paulo: UNESP, 2000.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 5.ed. Porto Alegre: Global, 1979.

FERNANDES. F. A Revolução Burguesa no Brasil, Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERRO, Marc. Cinema e História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FLAVIO PINTO, Lúcio. Amazônia: no rastro do saque. São Paulo: HUCITEC, 1980.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1985.

_____. **Didática e prática de ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizado. Campinas: Papirus, 2003.

FOURQUIN, Gruy. História Econômica do Ocidente Medieval. São Paulo: Edições 70, 1981.

FRANCO, Hilário. O feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

___. A Idade Média: nascimento do Ocidente. São Paulo: brasiliense, 1986.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. O livro didático de história do Brasil: a versão fabricada. São Paulo: Global, 1982.

FRANCO, Maria Sylvia de carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp. 1997.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Tradição oral e memória indígena**: a canoa do tempo. Rio de Janeiro: VERT. 1992.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

GARDINER, Patrick. Teorias da História. 3.ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.

GEBRAN, Philomena (org.). O conceito de Modo de Produção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GENTILI, Pablo(org.). **Globalização Excludente:** Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999.

GLÉNISSON, Jean, Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difel, 1979.

GONÇALVES, Janice. **Preservação do Patrimônio Histórico do Brasil**: as fronteiras entre o público e o privado. Florianópolis: Simpósio Nacional de História, 1999.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

HAECHEL, Ernest. A Origem do Homem. São Paulo: Global, 1982. Vol. 06

HOBSBAWM, Eric (org.) História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. Vols. 1,2,3,7 e 10.

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções 1789 - 1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

A era do capital: 1848 - 1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
Era dos Extremos . O breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.
Sobre História. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
HOBSBAWM, Origens da Revolução Industrial. São Paulo: Global, 1971.
HOMERO, Ilíada . Rio de janeiro: Globo, 1996.
HUBERMAM, Leo. História da Riqueza do Homem . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
HUNT, Lynn. A Nova História cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
IANNI, Octávio. A luta pela terra. Vozes, Petrópolis, 1981.
Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
O Labirinto Latino Americano. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
KARNAL, Leandro. Oriente Médio. São Paulo: Scipione, 2002.
KHOURY, Yara Maria Aun et Alli. A Pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1989.
KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Lisboa: Europa/ Americana, 1978.
KI-ZERRO, Joseph. História da Arte Negra. Lisboa: Europa-América, 1992.
KOSIK, Karel. Dialética do Concreto . 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
KOSSOY, Boris. Fotografia e História. São Paulo: Ática, 1989.
KOTHE, Flávio R. (org.). Walter Benjamim. São Paulo: Ática, 1991.
LA CONDAMINE, Charles-Marie de. Viagem pelo rio Amazonas 1735-1745. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
Os intelectuais na Idade Média. São Paulo: brasiliense, 1969.
LE ROY LADURIE, Emmanuel. Montaillou, povoado occitânico: 1294-1324. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto, São Paulo: Alfa-Omega, 1989.
LEITE, Miriam Moreira. Retrato de Família . São Paulo: EDUSP, 1993.
LEMOS, Maria Teresa T. B. Et al. América Latina e Caribe: desafios de século XXI. Rio d e janeiro: Proealc, 1995.
LENIN, N. As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo. 4. ed. São Paulo: Global, 1983.
LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo: fase superior do capitalismo . 4. ed. São Paulo: Global, 1987.
Que fazer? (As questões Palpitantes do nosso movimento), São Paulo: Hucitec, 1979.
O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Global. 1987.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio:** do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

____. O que deu errado no Oriente Médio? Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Japão: O capital se faz em casa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e 1990.

LIMA, Cláudio de Araújo. Coronel de Barranco. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LIMA, Geórgia Pereira. **Brasivianos:** uma experiência social na fronteira do Abunã. (1970/1980) Dissertação de Mestrado. UFPE-2000.

LOPES, Luiz Roberto. História da América Latina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LOUREIRO, Antônio José Souto. A Gazeta do Purus – 1918-1924. Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhansen:** Marxismo e Positivismo na Sociologia do conhecimento. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro (Org.). **Currículo:** debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002 (Série cultura, memória e currículo).

MAESTRI FILHO, Mario. 1910: a revolta dos marinheiros. São Paulo: Global, 1982.

MAGALHÃES, Juraci Perez. A Ocupação Desordenada da Amazônia. Brasília: 1990.

. A discriminação de terras na Amazônia. Brasília: 1977.

MALLOWAN, M.E.L. Mesopotâmia e Irã. Lisboa: Verbo, 1965.

MANACORDA, Mari Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 1996.

MAOTOSO. Kátia de Q. Ser escravo no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1992.

MARCUSE, Herbert, Materialismo Histórico e Existência. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

MARTI, José. Nossa América. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINELLO, Pedro. A Batalha da Borracha na Segunda Guerra mundial. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MARTON, Scarlett, Nietzsche: A Transvalorização dos valores. São Paulo: Moderna, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã, São Paulo: HUCITEC, 1977.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

. O capital: crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MAXWELL, Kenneth. A Devassa da Devassa. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MEGGERS, B. J. Amazônia: A ilusão de um paraíso. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MEIHY, José C. Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MEIRELLES FILHO, João. O livro de ouro da Amazônia. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio, São Paulo: brasiliense, 1993.

MENDONÇA, Nádia Domingues. **O Uso dos conceitos: uma tentativa de Interdisciplinaridade.** 3. ed. Petrópolis: Funba, 1983.

MENDONÇA, Sônia Regina. O Mundo Carolíngio. São Paulo: brasiliense, 1987.

MICELI, Paulo. As Revoluções Burguesas. São Paulo: Atual, 1987.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. A abolição. São Paulo: Ática, 1988.

MORAES, Marieta de (org.). História Oral. Rio de Janeiro: DIADORIM/FINEP, 1994.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. **Economia, Política e Ideologias.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **A crise da teoria curricular critica**. In: COSTA, Marisa Vooraber (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 176 p. p. 11-36.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, 154p.

MOURA, Clovis. Rebeliões da Senzala. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NAIPAUL, V.S. Índia: Um milhão de motins agora. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

NÉRE, JACQUES. **História Contemporânea.** São Paulo: Difel, 1975.

NEVES, Maria Aparecida Mamede. Ensinando e aprendendo história. São Paulo: EPU, 1985.

NUNES, Silma do Carmo. Concepções de mundo no ensino da história. Campinas: Papirus, 1996.

OHLEILLER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e Crise Contemporânea.** 2.ed. Porto alegre: Mercado Aberto, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.** Campinas: Papirus, 1990.

PANIKKAR, K. M. A Dominação Ocidental na Ásia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

PAUL SWEEZY E OUTROS. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAULA, Jeziel. 1932: imagem construindo a história. Campinas: UNICAMP, 1998.

PETRAS, James. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.) O Estado na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PINSK, Jaime (org.). Cem Textos de História Antiga. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

PINSK, Jaime (Org.). O Ensino de história e a criação do fato. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

 . Modo de Produção Feudal. São Paulo: Brasiliense, 1979.
. Escravidão no Brasil . São Paulo, global, 1986.
. Origens do nacionalismo judaico. São Paulo: Ática, 1997.

PINTO, Nelson Prado A. Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec, 1984.

PIRENNE, Henri. As cidades da Idade Média. São Paulo: Europa-América, 1977.

PIRENNE, Henri. História Econômica e Social na Idade Média. São Paulo: Mestre Yore, 1982.

PLASTINO, Carlos Alberto; BOUZAS, Roberto. A América Latina e a Crise Internacional. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POMER, Leon. As Independências na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org.). **Um projeto, tantas visões:** Educação ambiental na escola pública. São Paulo: LAPECH/AGB, 1996.

POPPER, Karl, A miséria do Historicismo. São Paulo: Cultrix, 1993.

POTYGUARA, José. Sapupema: contos amazônicos. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

PRADO, Maria Lígia. O Populismo na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANCY, Cleuza Maria Damo. Raízes do Acre: 1870 - 1912. Rio Branco: UFAC, 1992.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro:** documentário da vida rural. Rio de janeiro, Serviço de Informação agrícola. 1953.

. A Amazônia e a Cobiça Internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REIS FILHO, Daniel Arão. A aventura socialista no século XX – São Paulo: Atual, 1999.

REIS, João José (org.). **Escravidão e Invenção da liberdade.** Estudos sociais sobre o negro no Brasil. São Paulo: brasiliense, 1988.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales: inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RESOLUÇÃO CNE/CES 13, DE 13 DE MARÇO DE 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

REZENDE, Antonio Paulo. (**Des**) Encantos: história da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIGGS, Gonzáles. A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. São Paulo: Nacional, 1978.

ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

ROUANET, Sérgio Paulo. Mal estar na modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir; GENTILI. Pablo. **Pós – Neoliberalismo:** As Políticas Sociais e o Estado. São Paulo: Vozes, 1995.

SADER, Emir & GENTILI. Pablo. **Pós – Neoliberalismo II – Que Estado para que democracia?** São Paulo. Vozes, 1999.

SADER, Emir. A revolução cubana. São Paulo: Moderna, 1986.

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SALEM, Helena. **O que é a questão Palestina.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

SALINAS, Samuel Sérgio. Do Feudalismo ao Capitalismo: transições. São Paulo: Atual, 1988.

SALMON, Pierre. **História e Crítica**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/MCT/(Marco Zero e CNPq), set. 89/fev.90, vol. 09, nº 19, pp. 219 - 243.

SANTOS, Roberto A. O. **História Econômica da Amazônia** (1870 - 1920). São Paulo: Brasiliense, 1984.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 151p.

SCHAFF, Adam. História e Verdade. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SCHILING, Voltaire. **EUA X América Latina:** As Etapas da Dominação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SCWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHARPE, Jim. (1992), "A história vista de baixo", pp. 39/60. *In* BURKE, Peter. (1992), A escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Unesp.

SICHEL, Edith. O Renascimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Ocupação das terras do Acre.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR - SEPLAN/ACRE, 1982.

SILVA, Rogério Forastieri. (2001), **História da historiografia:** capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da, MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Ogs.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. 202p. p.184-202.

SINGER, Paul. O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco:** Raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SMITH, Anthony. **Os conquistadores do Amazonas**: Quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. São Paulo: Best Seller, 1990.

SOARES, Alcides Ribeiro. Princípios de Economia Política. São Paulo: Global, 1985.

SOBOUL, Albert. História da Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

SOFRI, Gianni. **O Modo de Produção Asiático: história de uma controvérsia marxista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. (org) 15 textos de história da Amazônia. Rio Branco: UFAC, 1998.

_____. **História do Acre**. Rio Branco: Instituto Envira, 2010.

AQUIRIANAS: mulheres da floresta na História do Acre. Rio Branco-Acre, Instituto Envira, 2010.

_____. Varadouros da liberdade: Empates no modo de vida dos seringueiros de Brasiléia-Acre, PUC de São Paulo, 1996 (Tese de Doutorado).

SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Marcio. Breve História da Amazônia. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SOUZA, Josué Fernandes de Souza. Festa de São Sebastião em Xapuri. Rio Branco: Galvez, 1989.

STEIN, Stanley J. A herança colonial da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SUNKEL, Osvaldo. A crise da América Latina: dívida externa e empobrecimento. Porto alegre: L & PM, 1986.

TAILOR, A. J. P. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TOCQUEVILLE, Aléxis. O antigo regime e a revolução. São Paulo: Hucitec, 1989.

TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1976. VALLE, Edênio. **A Cultura do Povo**. São Paulo: Cortez, 1988.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia expansão e decadência (1850 -1920**). São Paulo: Hucitec, 1993.

18. APÊNDICES/ANEXOS

- I. Documento legal de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento do curso.
- II. Portaria de designação da coordenação do curso.
- III. Composição de Colegiado de curso.
- IV. Regimento de Atividades Científico-Culturais
- V. Ata de aprovação da Reformulação do Projeto Pedagógico do curso pelo Colegiado.

REGIMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Estabelece critérios para cumprimento pelo corpo discente da integralização da carga horária de 200 horas em Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

Capítulo I – Das disposições preliminares

Art. 1° - Sabendo-se que a fim de obter o título de licenciado em História o acadêmico deverá cursar e ser aprovado no corpo de disciplinas que compõem a sua grade curricular do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre. E entendendo, que as Atividades Acadêmico – Científico – Culturais, inseridas nesta demandam maiores especificações acerca de sua integralização, resolvem, os Colegiados do Curso de Licenciatura em História (Matutino e Noturno) da Universidade Federal do Acre, constituir regulamentação a partir deste instrumento.

Art. 2° - Considerando-se que as Atividades Acadêmico – Científico – Culturais de conformidade com a resolução n° 02 de 19 de fevereiro de 2002 /CNE e que estas deverão ser obrigatoriamente compostas de no mínimo 200 horas distribuídas ao longo do curso a partir do segundo período compartimentado em sete componentes de trinta horas cada, integralizando 200h (duzentas horas).

Capítulo II – Das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

Art. 3° - As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais visam:

- V. Integrar corpo docente e discente desta IFES e de outras instituições de Ensino Superior;
- VI. Estimular a transversalidade e interdisciplinaridade;
- VII. Promover o desenvolvimento do instrumental teórico, técnico e prático dos acadêmicos;
- Art. 4° Enquadram-se como tais as atividades abaixo listas e definidas nos art. 5° a 11° deste regimento, que desenvolvidas pelo alunado dentro ou fora desta IFES, sejam organizadas e/ou referendadas pelas Coordenações dos Cursos de Licenciatura em História da UFAC:

Seminários Especiais			
Disciplinas Extracurriculares em Áreas Afins			
Cursos de Línguas Estrangeiras			
Cursos de Informática			
Cursos em áreas afins			
Monitorias			
Projetos e Programas de Pesquisa ou equivalentes			
Projetos e Programas de Extensão ou equivalentes			
Eventos Diversos na Área de História e afins			
Estágio não obrigatório			
Atividades vinculadas aos movimentos sociais			

Art.5° - Compreendem-se como seminários especiais:

I – Seminários, congressos, conferências, encontros, debates, mesas redondas, comunicações
 (coordenadas e/ou individuais), painéis e congêneres em História ou áreas afins.

Parágrafo 1º - Podendo ser a participação como palestrante, ouvinte, moderador, debatedor ou membro da organização deste(s) evento(s), desde que feita comprovação mediante apresentação de certificado, a ser apreciado e deferidos pelo(s) Colegiado(s) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História.

Parágrafo 2º - Serão válidas as atividades descritas no inciso I que:

- a) Sejam organizadas e/ou apoiadas pelo Curso de Licenciatura em História;
- b) Quando os certificados apresentados sejam de eventos que não se enquadrem na alínea "a", deverão ser homologados pelos Colegiados dos Cursos de Licenciatura em História.

Art. 6° - Em casos de disciplinas extracurriculares:

Parágrafo 1° - Far-se-á o aproveitamento destas, mediante a análise e deferimento da documentação de matrícula, frequência e aprovação do aluno apresentada à(s) Coordenação (ões) do(s) Curso(s) de

Licenciatura em História, desde que estas sejam oferecidas pelos outros cursos superiores deste ou dos demais Centros Acadêmicos da UFAC.

Parágrafo 2° - Ainda quanto ao aproveitamento de disciplinas extracurriculares, será aberta exceção para sua realização junto às outras Instituições de Ensino Superior, quando estas respeitarem o critério de afinidade com a Licenciatura de História ou de relevância para realização de projetos de pesquisa e/ou trabalhos de conclusão de curso do graduando. Entretanto, enfatiza-se ainda assim a necessidade neste caso da realização do procedimento descrito no § 1°.

Art. 7 ° – Tanto o aproveitamento de cursos de língua(s) estrangeira(s), quanto o de curso(s) de informática, serão efetivados mediante comprovação de matrícula, frequência e aprovação através da entrega de certificado(s) junto a(s) Coordenação (ões) do(s) Curso(s) que deverá(ão) ser submetido(s) a apreciação e deferimento da(s) Coordenação (ões) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História.

Art. 8 °.– No que concerne às atividades de monitoria, para a integralização de sua carga-horária nas Atividades Acadêmico – Científico – Culturais far-se-á necessária a entrega à(s) Coordenação(ões) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História dos relatórios de atividades e frequência a fim de comprova-las.

Art. 9 ° - Das atividades e projetos de pesquisa:

I - Entendem-se como atividades de pesquisa a realização de trabalhos vinculados a projeto de pesquisa, sob orientação de docentes desta IFES, desde que o referido projeto tenha sido aprovado ou no(s) Colegiado(s) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História, ou em reunião de Centro, ou na Pró-Reitoria de Pesquisa.

II – Enfatiza-se que as atividades e programas de pesquisa envolvem também a publicação de trabalhos científicos, sejam eles:

- a) Vinculados na internet em sites oficiais;
- b) Em periódicos;

c) E em livro(s).

Parágrafo Único – Compreendem-se como sites oficiais: página da UFAC; página de outras Instituições de Ensino Superior do país; página de Associações e Instituições relacionadas ao Ensino e Pesquisa de História ou de Áreas Afins.

Art. 10 ° - Da participação em extensão:

- I- São compreendidas como atividade(s) de extensão:
 - a) Cursos na área de História ou em áreas afins;
 - b) Estágios, desde que em convênio com a UFAC;
 - c) Participação em Projeto de Extensão aprovado no(s) Colegiado(s) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História, ou em reunião de Centro, ou na Pró-Reitoria de Extensão.
- II- Os eventos de extensão caracterizados na alínea "a" do inciso acima, quando não promovidos ou apoiados pelo Curso de Licenciatura em História terão sua validade condicionada a apresentação e avaliação do requerimento com cópia de certificado pelo(s) Colegiado(s) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História da UFAC.

Parágrafo Único – Os estágios referidos na alínea "b" do inciso I somente serão considerados válidos para a carga-horária das Atividades Acadêmico – Científico – Culturais quando:

 a) Não tiverem suas horas computadas dentro das demais disciplinas da Grade Curricular do Curso de Licenciatura em História; b) Feita comprovação do estágio com a entrega de relatório mensal ou cópia do ponto assinada pelo chefe do estágio e analisada pelo(s) Colegiado(s) de Curso de Licenciatura em História.

Art. 11° - Considera-se como eventos diversos na área de História:

I - Palestras;

II – Serviço de assistência comunitária;

III – Participação como ouvinte em defesas de monografías (TCC), dissertações e teses.

Parágrafo 1° - Para efeitos de integralização de créditos nas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, também poderão ser enquadradas como palestras todas as atividades relacionadas à área de História, mas não inseridas nos art. 4 ° e 5 °.

Parágrafo 2º - Compreende-se como serviços de assistência comunitária a participação em serviço voluntário e/ou ações sociais, que serão considerados válidos quando promovidos ou apoiados pela UFAC, bem como por instituições conveniadas com esta IFES.

Parágrafo 3º - Para validação dos itens relacionados nos incisos I, II e III, será necessária a apresentação, ao(s) Colegiado(s) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História, de certificado ou declaração de participação nestes eventos.

Parágrafo 4º - Em específico no item III a declaração deverá ser fornecida pelo presidente da banca, contando ainda com assinatura de mais um dos membros desta.

Art. 12º - A fim da plena obtenção dos créditos nas disciplinas de Atividades Acadêmico – Científico – Culturais, os discentes deverão obter 200 horas, que poderão ser distribuídas dentro da seguinte proporção:

ESPÉCIE DE ATIVIDADES	LIMITES DE HORAS POR ATIVIDADE
Seminários Especiais	Até 120 horas/atividade
Disciplinas Extracurriculares em Áreas Afins	Até 120 horas/ atividade
Cursos de Línguas Estrangeiras	Até 100 horas/atividade
Cursos de Informática	Até 100 horas/atividade
Cursos em áreas afins	Até 120 horas/atividade
Monitorias	Até 120 horas/atividade
Projetos e Programas de Pesquisa ou equivalentes	Até 120 horas/atividade
Projetos e Programas de Extensão ou equivalentes	Até 120 horas/atividade
Eventos Diversos na Área de História e afins	Até 120 horas/atividade
Estágio não obrigatório	Até 120 horas/atividade
Atividades vinculadas aos movimentos sociais	Até 120 horas/atividade

Parágrafo Único - É exigido no mínimo experiência em duas espécies de Atividades Acadêmico - Científico - Culturais.

- Art. 13° Do procedimento oficial para integralização dos créditos das Atividades Acadêmico Científico Culturais:
- I Para obtenção dos créditos de Atividades Acadêmico Científico Culturais é OBRIGATÓRIO QUE OS ALUNOS formalizem junto à(s) Coordenação (ões) do Curso(s) de Licenciatura em História a validação destas, mediante requerimento conforme modelo em anexo com cópias de certificados, declarações, relatórios mensais, pontos, publicações, bem como da documentação de disciplinas extracurriculares, acrescidos dos originais para conferência.
- II Não serão aceitos documentos originais a exceção dos tangentes às disciplinas extracurriculares –
 para a validação dos créditos destas Atividades Acadêmico Científico Culturais.
- III Somente serão analisados os requerimentos em que conste na documentação em anexo a quantidade de carga-horária, bem como a comprovação de aproveitamento.
- IV Não será válida a apresentação de declarações e certificados de Atividades Acadêmico Científico
 Culturais de períodos anteriores a entrada dos acadêmicos na Licenciatura em História, posto que
 período de integralização desta é concomitante a realização da supracitada graduação.

Parágrafo Único – Entende-se como comprovantes de aproveitamento: os relatórios de desempenho, ou notas, ou certificação de frequência e participação.

Art. 14° - Após a análise dos requerimentos o(s) Colegiado(s) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História, aqueles que forem deferidos deverão ser encaminhados a secretaria do(s) Curso(s) para a efetivar o registro na ficha individual dos discentes.

Art. 15° - Em caso de recursos interpostos:

I – Somente caberá recurso no prazo de até cinco dias, contados a partir da publicação dos resultados dos requerimentos no mural da(s) secretaria(s) de Curso.

II - O(s) Coordenador (es) de Curso(s) terá(ao) prazo de uma semana para apreciação dos recursos, a contar da entrada do pedido de recurso.

III – Feita análise do(s) recurso(s) o resultado será publicado no mural da secretaria da Coordenação de Curso.

Art. 16° - É de inteira responsabilidade dos alunos a observância da totalidade das 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, em tempo hábil para sua formatura com a turma a qual está vinculado. Assim, não será efetuada análise de requerimentos e recursos de integralização de créditos nas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais com menos de um mês de antecedência a data marcada para formatura da turma a qual o acadêmico esteja vinculado.

Capítulo III - Disposições Gerais

Art. 17º - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo(s) Colegiado(s) do(s) Curso(s) de Licenciatura em História.

Art. 18° - O presente regimento entrará em vigor a partir de sua aprovação no(s) Colegiado(s) do(s) Curso(s).